

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**JÉSSICA MARQUES NASCIMENTO**

**O LAR DIVIDIDO:**  
**Uma revisão de literatura sobre os efeitos do divórcio na**  
**criança**

**Taubaté – SP**  
**2020**

**Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU**  
**Biblioteca Setorial de Biociências**

N244I Nascimento, Jéssica Marques

O lar dividido: uma revisão de literatura sobre os efeitos do divórcio na criança / Jéssica Marques Nascimento. – 2020.  
61 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade de Taubaté,  
Departamento de Enfermagem e Nutrição, 2020.

Orientação: Profa. Ma. Monique Marques da Costa Godoy,  
Departamento de Psicologia.

1. Divórcio. 2. Relação pais-filhos. 3. Desenvolvimento infantil. I. Título.

CDD – 158.24

**JÉSSICA MARQUES NASCIMENTO**

**O LAR DIVIDIDO:  
Uma revisão de literatura sobre os efeitos do divórcio na  
criança**

Monografia de Trabalho de Graduação  
apresentada como requisito parcial para  
conclusão do curso de Psicologia na  
Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof. Ma. Monique Marques da  
Costa Godoy

**Taubaté – SP  
2020**

**JÉSSICA MARQUES NASCIMENTO**

**O LAR DIVIDIDO:**

**Uma revisão de literatura sobre os efeitos do divórcio na criança**

Monografia de Trabalho de Graduação  
apresentado como requisito parcial para  
conclusão do curso de Psicologia na  
Universidade de Taubaté.

Orientadora: Prof. Ma. Monique Marques da  
Costa Godoy

Data: \_\_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Ma. Monique Marques da Costa Godoy

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

À Psicologia por me encantar com seus conhecimentos.

A minha orientadora, Profa. Ma. Monique Marques da Costa Godoy por toda atenção e orientação para este trabalho, sem ela toda essa estrutura e busca por aperfeiçoamento não seria possível.

Aos meus pais, João e Tânia, em memória a minha falecida avó que hoje não está mais aqui com a gente, e ao meu filho Noah, que foi concebido no meio de todo esse processo de formação acadêmica e que me deu mais força para terminar a graduação, eles são meus exemplos e referências. Obrigada pelo apoio e encorajamento nesta caminhada! Sem eles meus dias não teriam nenhum sentido e esse sonho não poderia ser possível de ser realizado.

Aos teóricos, os quais tive o prazer de ler suas pesquisas e que reafirmaram minha visão e paixão pela área e principalmente por este tema.

A minha mentora e amiga, Thaiany, por todo trabalho e paciência em me explicar todos os passos de todo o processo e fazer com que eu tivesse um suporte, segurança, atenção e cuidado nesta caminhada.

À Instituição, por proporcionar oportunidades de contato com profissionais e teorias que sustentaram minhas decisões durante a graduação.

A Deus, por toda proteção e foco na minha vida.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da literatura científica nacional em artigos publicados de 2008 a 2018 sobre os efeitos do divórcio na criança e como efetivar as possíveis intervenções com os envolvidos neste tema. O método utilizado foi o de revisão bibliográfica sistemática a partir das bases de dados da Scielo, Pepsic e BVS. A análise foi feita de forma quantitativa e qualitativa onde foram organizadas por quadros, tabelas e categorias. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 29 artigos para a análise. Os resultados demonstraram que qualquer tentativa de qualificar ou potencializar a relação pais e filhos após o divórcio deve levar à reflexão e posteriores elaborações/resoluções da relação e separação conjugal. Observou-se a importância de se orientar as partes quanto à importância da presença de ambos os genitores na vida dos filhos. Durante a infância, as relações com a família e a escola são fundamentais na construção da personalidade, sendo a reestruturação cognitiva favorecida, uma vez que os esquemas ainda estão em construção. Observou-se nos resultados que o ano com maior número de publicações foi o ano de 2014, e o Estado do Rio Grande do Sul se destacou como a região com o maior número de publicações dentro do tema. As pesquisas qualitativas e de campo com uso de entrevistas se destacaram como as mais utilizadas. Em relação a análise dos objetivos dos artigos, a categoria de análise que mais se destacou foi em relação a vida dos filhos após o divórcio. Dentro do tema, por outro lado, a categoria quando a ausência paterna demonstrou poucos trabalhos. Quanto as conclusões dos artigos, observou-se que o tema parentalidade e coparentalidade com grande representatividade nas considerações finais dos trabalhos. Porém, por outro lado, o tema ausência paterna não esteve presente nas considerações finais dos artigos trabalhados. As tendências demonstraram apontamentos dos temas que vem sendo estudados quanto as teorias, métodos e instrumentos, como também, apontou para as características das posturas terapêuticas no trabalho com a temática. Por fim, vale ressaltar que o presente trabalho se limitou a pesquisar artigos nacionais, sendo necessário estudos que tragam reflexões quanto a outras regiões, ampliando e aprofundando nos fenômenos dos efeitos do divórcio na criança.

**Palavras-chave:** Divórcio. Relação pais-filhos. Desenvolvimento infantil.

## **ABSTRACT**

### **DIVIDED HOME: A systematic literature review about the effects of divorce on children**

This work presents a literature review considering Brazilian papers published from 2008 to 2018 about the effects of divorce on children and how to do interventions considering the parents and children involved. The scientific method chosen is the systematic literature review from the Scielo, Pepsic and BVS databases. The research was both qualitative and quantitative and the data were arranged in charts, tables, and categories. 29 papers were chosen after applying the inclusion and exclusion criteria. The results have shown that any attempt to qualify or improve the relationship between parents and children after divorce must lead to a reflection and then discussions or resolutions concerning their relationship. It is necessary to tell both parents their importance in their children's life. During the childhood, the relationships with the family and school are essential to build children's personality, and the cognitive restructuration is favored since schemes are still under development at this phase. Most part of the studies are from 2014 and Rio Grande do Sul is where most of them were published. Regarding the objectives of the papers, the main approach was the children's life after the divorce. On the other hand, there were few studies about paternal absence. Regarding the conclusion of the papers, parenting and coparenting were approached in many of them, while paternal absence was not mentioned in any of them. Trends have shown the theories, methods, and instruments that are being used in the studies, and also characteristics of the therapeutic postures adopted to approach the subject. Finally, this work was limited to Brazilian papers, so it is necessary to analyze studies from other regions to bring new reflections to light and expand the knowledge about the effects of divorce on children.

**Keywords:** Divorce. Parents-children relationship. Children development.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Artigos selecionados	28
Quadro 2. Análise qualitativa dos objetivos	38
Quadro 3. Análise qualitativa das principais conclusões	43
Quadro 4. Análise qualitativa das tendências	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Ano de publicação dos artigos	31
Tabela 2. Número de artigos por estado de publicação	32
Tabela 3. Número de artigos segundo a abordagem e delineamento de pesquisa	33
Tabela 4. Número de artigos segundo a população das pesquisas	35
Tabela 5. Número de artigos segundo os instrumentos utilizados	36

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1 PROBLEMA .....	10
1.2 OBJETIVOS .....	10
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	10
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	10
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....	10
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO .....	11
1.5 ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA .....	11
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	12
2.1 FAMÍLIA .....	12
<b>2.1.1 Família como sistema</b> .....	14
2.2 CICLO VITAL DA FAMÍLIA .....	15
<b>2.2.1 Fase de Aquisição</b> .....	16
2.3 SEPARAÇÃO CONJUGAL .....	18
2.4 DESENVOLVIMENTO DOS FILHOS NO DIVÓRCIO .....	20
<b>3 MÉTODO</b> .....	24
3.1 TIPO DE PESQUISA .....	24
3.2 FONTES BIBLIOGRÁFICAS .....	25
3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS .....	25
3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS .....	26
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	28
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ARTIGOS .....	31
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA DOS ARTIGOS .....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma análise da literatura científica nacional em artigos publicados de 2008 a 2018 sobre os efeitos do divórcio na criança, e como efetivar as possíveis intervenções com os envolvidos neste tema. O trabalho foi desenvolvido como Trabalho de Graduação do curso de Psicologia na Universidade de Taubaté.

Atualmente, Tolo (2006) tem observado um elevado índice de divórcios em nossa sociedade, gerando grandes mudanças na vida dos filhos, dentre elas as mudanças psicológicas, como: ansiedade, depressão, dificuldades na aprendizagem e, também, sofrimento decorrente da ausência/perda de um dos genitores, que poderá gerar conflitos para essa criança.

Em contra partida, de acordo com Mendonça (2005), foi possível apontar pontos positivos para os filhos de pais separados: amadurecem mais cedo, o que de certa forma é uma experiência positiva num mundo que nos empurra para uma eterna dependência. Esses filhos desenvolvem maior poder de adaptação a novas realidades do que muitos adultos, por ter de se adaptar ao novo modo de vida, sem um dos pais presentes na sua rotina diária, geralmente vivendo em duas casas, uma durante a semana outra nos fins de semana.

Diante de visão tão distintas sobre os efeitos do divórcio no desenvolvimento infantil, buscou-se analisar esses efeitos mapeados por autores nacionais. As estratégias metodológicas escolhidas para este trabalho buscam refletir o quanto o sistema familiar pode sofrer alterações e, como estas mudanças podem afetar a cada membro do sistema de forma peculiar e individual, refletindo em toda o sistema de uma família.

Os resultados serão descritos de forma quantitativa e qualitativa a partir do material coletado na pesquisa bibliográfica da literatura científica nacional. Sua compreensão torna-se necessária, pois só assim será possível estruturar essas mudanças e seus reflexos na sociedade atual.

## 1.1 PROBLEMA

Como está caracterizada a literatura científica nacional sobre os efeitos do divórcio na criança, e suas possíveis intervenções com os envolvidos nas situações de divórcio, dentro das bases de dados Scielo, Pepsic e BVS?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a literatura científica nacional sobre os efeitos do divórcio na criança, buscando identificar os fatores envolvidos e possibilidades de intervenção para promoção de saúde para todos os envolvidos.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Identificar e analisar:

- Fonte de publicação dos artigos;
- Ano de publicação dos artigos;
- Tipo de pesquisa realizado quanto à abordagem e delineamento;
- População e amostra;
- Instrumentos;
- Objetivos dos artigos;
- Principais resultados e conclusões;
- Tendências futuras.

## 1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Esta pesquisa delimita-se a estudar artigos completos em português e produzidos no Brasil sobre os efeitos do divórcio para o desenvolvimento infantil, e possíveis intervenções psicológicas, nas bases de dados Scielo, Pepsic e BVS.

A abordagem teórica a ser utilizada para compreensão deste fenômeno psicológico será a abordagem Sistêmica.

#### 1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O número de divórcios no Brasil bateu recorde no ano de 2009. Em 2010 foram registrados 243.224 divórcios, entre processos judiciais e escrituras públicas. Isso significa que 1,8 em cada mil pessoas com 20 anos ou mais dissolveram o casamento legalmente. Os dados são das Estatísticas do Registro Civil em 2010, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (SILVA, 2013).

De acordo com a literatura, observou-se que a criança diante do divórcio, ou seja, diante deste novo cenário, poderá ou não apresentar mudanças emocionais, como exemplo o transtorno de ansiedade social ou transtorno de ansiedade de separação. A criança também pode passar a demonstrar dificuldades nas atividades cotidianas, desenvolvendo baixa autoestima (SILVA; GONÇALVES, 2016).

Por isso, este trabalho torna-se relevante, por mapear como essa temática vem sendo estudada no Brasil e quais as possíveis intervenções existentes nos estudos.

#### 1.5 ORGANIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. Este primeiro capítulo faz uma introdução ao tema estudado e apresenta os objetivos, a delimitação e a relevância do estudo proposto. No Capítulo 2 será apresentado a revisão da literatura, constituindo a base teórica para a pesquisa. No Capítulo 3 será descrito o método de pesquisa utilizado, sendo esta uma revisão sistemática da literatura, bem como o protocolo seguido para a realização dela. O Capítulo 4 tratará dos resultados esperados com este trabalho, enquanto o capítulo 5 apresentará as considerações finais da pesquisa realizada.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta a revisão da literatura que aborda a temática central da família frente ao divórcio e os filhos dentro dessa nova organização, seus efeitos e possíveis intervenções psicológicas dentro desse processo, constituindo-se na base teórica para a realização desta pesquisa.

### 2.1 FAMÍLIA

A compreensão do conceito denominado por família e as suas diferentes formas de organização, construção e reconstrução através de suas transformações ao longo da história, se faz necessária, em especial, ao que diz respeito ao fenômeno do divórcio.

Cervený e Berthoud (2002) menciona sobre a dificuldade de se conceituar a família brasileira, devido as diversas formas de ser família, ou seja, laços sanguíneos, relações não formalizadas por parentesco, família conjugal e extensa, núcleo doméstico e família não legitimada juridicamente e, entre outras diversas classificações. A autora destaca que os anos 70 foi um marco importante, devido a novas composições de família que começaram a ser feitas e, com isso, houve uma necessidade de novos estudos nessa área familiar para uma melhor adaptação da definição que se tinha até o momento.

McGoldrick e Carter (1989) passaram a estudar família no contexto norte americano, dentro de seis estágios ao longo do ciclo de vida: saindo de casa, a união de famílias no casamento, famílias com filhos pequenos, lançando os filhos e família no estágio tardio da vida. Cada uma destas fases era seguida por mudanças emocionais e, de segunda ordem, conforme pontuado pelas autoras, que implicavam diretamente na visão de si, do outro e em relação ao futuro. Entre estas mudanças estava o que se denominou como ninho vazio, que tinha como característica peculiar o retorno do casal a viver só.

Depois de estudar a família brasileira e compará-la com os estudos de McGoldrick e Carter (1989), Cervený e Berthoud (2002) denomina o ciclo vital da família brasileira em quatro fases que serão expostas mais adiante.

Segundo Santos (2013), a família é o grupo primário do qual o indivíduo participa. Sua dinâmica impõe determinados tipos de vínculos particulares. Vínculos estes que irão interferir na formação da identidade do sujeito, somando-se aos fatores genéticos e sociais, como também na sua modalidade de aprendizagem, a qual vai se formando de acordo com as primeiras aprendizagens no âmbito familiar e modelando-se ao longo da vida.

Os autores Silva (2008) e Cerveny e Berthoud (2002), trazem a importância da família para o desenvolvimento entre seus membros. É importante ressaltar que, conforme os autores concordam e afirmam, os estudos na área foram sendo desenvolvidos baseados em hipóteses de diversos autores devido a sua crescente necessidade. Existem modelos que visam explicar como a família deve ser investigada e como algumas variáveis influenciam na dinâmica familiar. Mas é imprescindível perceber que, além de a análise da família ser um fator importante, é o de agregar desenvolvimento a seus membros. A família pode ser considerada um fenômeno complexo.

Ferreira e Motta (2007), contribuem explicando que é no grupo familiar que o sujeito vai receber a transmissão de valores, crenças e mitos, desenvolver uma visão de mundo e começar a adquirir seu conhecimento oculto. O conhecimento vindo da infância se mescla aos outros conhecimentos adquiridos pelo indivíduo, trazendo um peso significativo nas ações e relações da sua vida.

Dias (2011), complementa a visão de que, quando pensamos no conceito de família, nos remetemos, automaticamente, a família de origem do indivíduo. É neste primeiro contato que os membros da família vão constituindo suas elaborações mais significativas que darão base para as suas próximas interações com o meio em que vive. Pelo fato de o conceito não ser homogêneo para todas as épocas e culturas, tornando-se difícil encontrar valores globais. As dificuldades associadas às várias dimensões familiares, relacionadas com a estrutura, com a funcionalidade e com as relações de cada modelo, leva-nos a pensar numa certa relatividade na definição do conceito de família.

Simionato e Oliveira (2003), acreditam que, profissionais das mais diversas áreas têm focalizado a família como objeto de estudo a partir da constatação de que ela desempenha papel fundamental no desenvolvimento e manutenção da saúde e no equilíbrio emocional de seus membros. Para eles, há, novamente, a complexidade dos fatores que interferem na sua conservação e seguimento, requerendo que todos

aqueles que procuram focalizá-la em seus estudos ou trabalhos, tenham em mente que ela deve ser compreendida historicamente. Esse pensamento vai de acordo com o pensamento da autora Dias (2011), no qual afirmou sobre essa certa relatividade em se conceituar o fenômeno família.

Tendo em vista que as transformações históricas relacionadas com as mudanças estruturais da sociedade afetam a dinâmica de funcionamento da família, as relações entre os seus membros e o desempenho dos diversos papéis sociais no seu interior e, assim, determinam, em diferentes momentos históricos, o que é este fenômeno família perante a sociedade em que se vive, naquele determinado tempo.

Após feita essa apresentação sobre o conceito de família e, considerando que a abordagem utilizada neste trabalho será o olhar sistêmico, pois apresenta subsídios para uma compreensão da estrutura e da dinâmica familiar, faz-se necessário uma subseção sobre como a família é vista enquanto um “sistema aberto em transformação: quer dizer que está constantemente recebendo e emitindo *inputs* do e para o extrafamiliar” (MINUCHIN, 1976, p.50).

### **2.1.1 Família como sistema**

Quando utilizamos a visão de família como um sistema aberto, ou seja, como uma base de trocas com outros sistemas com os quais os membros se relacionam, estamos falando sobre os sistemas: fraternal, conjugal e parental. Como o sistema familiar influencia e é influenciado pelo sistema social em que está inserido, faz-se necessário entender, além das personalidades, os padrões de influência que determinam o comportamento dos membros da família.

Cervenly e Berthoud (2002) menciona que, assim como todo sistema, a família segue princípios de organização como: a homeostase, morfogênese, *feedback*, causalidade circular e não-somatividade. Esses princípios serão apresentados a seguir.

A homeostase é uma autorregulação, ela mantém a estabilidade do sistema, é a tendência de a família manter um certo tipo de padrão de relacionamento e, também, impedir que novas formas surjam e renovem esse processo, servindo de equilíbrio ou proteção ao sistema. Já a morfogênese, mostra o potencial da família em fazer mudanças dentro da ordem estrutural e funcional do sistema mais de uma forma

negativa, pois os papéis dos membros são trocados para manter um equilíbrio momentâneo, a princípio, mas que depois não é feito o ajuste de papéis, por isso é chamado de retroalimentação negativa.

O feedback tem duas funções: a primeira é de fornecer informações e, a segunda, de definir o relacionamento entre os membros. A causalidade circular, também chamada de globalidade, refere-se às mudanças que um membro da família faz e que afeta todos os outros, ou seja, os problemas são sustentados por uma série contínua de ações e reações que, por fim, considerando a não-somatividade, entende-se que um membro isolado não pode fornecer representações daquela família e sim, quando ele está inserido nela, que serão possíveis visualizações das interações e da dinâmica de cada organização, pois uma família pode equilibrar-se em padrões disfuncionais.

Por isso, é importante que se entenda como se estrutura e funciona um sistema familiar e, com isso, será apresentado na próxima subseção, o ciclo vital familiar.

## 2.2 CICLO VITAL DA FAMÍLIA

Segundo Osório (1996), assim como os indivíduos que compõem a família, eles inserem-se num contexto evolutivo e possuem o seu ciclo vital. Em outras palavras, a família também nasce, cresce, amadurece, habitualmente se reproduz em novas famílias, encerrando seu ciclo vital com a morte dos membros que a originaram e a dispersão dos descendentes para constituir novos núcleos familiares.

Cervený e Berthoud (2002), apresenta o conceito de ciclo vital da família como sendo um conjunto de etapas ou fases definidas sob alguns critérios pelos quais as famílias passam, desde o início da sua constituição em uma geração até a morte do ou dos indivíduos que a iniciaram. Podemos compreender o ciclo vital da família como etapas evolutivas do desenvolvimento da vida familiar, ou seja, fases que a família vivencia enquanto sistema, movendo-se através do tempo. Nos estudos da autora, e em sua experiência com atendimentos de famílias, observou que havia uma necessidade de uma classificação diferente das já existentes e estrangeiras, foi então que ela criou as 4 etapas: a primeira chamada de Família na Fase de Aquisição: 0 a 10 anos de casamento e/ou idade do filho mais velho; a segunda fase de Família na Fase Adolescente: 11 a 20 anos de casamento e/ou idade do filho mais velho; a

terceira de Família na Fase Madura: 21 a 35 anos de casamento e/ou idade do filho mais velho; e por último a Família na Fase Última: acima de 35 anos de casamento e/ou idade do filho mais velho.

A Fase de Aquisição, segundo Cerveny e Berthoud (2002), em todas as fases do ciclo vital, as pessoas que fazem parte da família estão em processo de aquisição, no entanto a primeira fase do ciclo vital familiar recebe esse nome porque a aquisição é a característica mais central e específica. Assim, os objetivos dessa fase estão em encontrar o lugar para morar, o emprego que proporcione condições de sobrevivência, os acessórios domésticos que facilitam a vida, o carro, o seguro saúde, muitas vezes até a complementação educacional. Os filhos pequenos também fazem parte dessa primeira fase, em que se inicia a aquisição de um modelo familiar próprio, com as pessoas selecionando, entre os modelos adquiridos em suas famílias de origem, aqueles que vão adotar em seu casamento.

Em seguida tem-se a Fase Adolescente, marcada pela entrada das crianças na adolescência, no caso do casal com filhos. Em famílias onde não há filhos este período compreende os embates do adolescimento do próprio casal, onde surgem conflitos que testam valores e crenças instituídos na fase anterior (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

Adentramos agora na Fase Madura, que por sua vez compreende o momento de maior maturidade da relação conjugal e familiar, agora com o ninho vazio, os cônjuges terão de encontrar novos caminhos para uma relação, uma vez que voltam a ser apenas dois. A Fase Última remete ao período da velhice, onde muitas vezes é necessário conviver com a perda do parceiro e dependência aos filhos (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

Lembrando que os fenômenos da fase de aquisição serão descritos com maiores detalhes na seção seguinte, pois representa o foco neste trabalho.

### **2.2.1 Fase de Aquisição**

Será dado um enfoque a esta fase, pois o objetivo desta pesquisa é entender esses processos na fase inicial da formação da família e a chegada dos filhos pequenos dentro dessa nova organização conjugal e parental.

Cervený e Berthoud (2002) apresentam que a família em fase de aquisição vivencia conflitos e as novidades de uma geração em transição. Dentro de diversas transformações sociais, valores, crenças, regras de convivência e, em especial, as possibilidades e desejos em relação a vida conjugal, estão sendo reconstruídos constantemente, criando para os jovens casais e para casais que reconstróem suas vidas em recasamentos, buscas novas não vivenciadas por gerações anteriores. Assim, a falta de modelos e de padrões gera a necessidade de se descobrir a cada dia, construindo uma nova forma de se viver a relação conjugal.

De acordo com Cervený e Berthoud (2002), a Fase de Aquisição é formada por três eventos principais, cada um envolvendo diferentes recursos:

- **Unindo-se:** é o processo inicial da constituição de uma família. Possui como subcategorias: conquistando - que seria o flerte, a conquista de um novo par; vivendo o processo de união - que inicia-se com o namoro; preparando - seria como o noivado, onde se estabelece metas para um casal e planeja-se a vida a dois; adaptando-se - sendo um processo em que o casal se adapta nos primeiros meses da união; e vivendo um recasamento - para famílias com essa nova organização;
- **Construindo a vida a dois:** nesse momento a nova família é construída, e envolve negociações, readaptações e novos sentimentos. As subcategorias são: vivendo um tempo de adaptação - uma verdadeira transição entre os fenômenos principais, sendo vivida com sentimentos ambivalentes como insegurança, prazer e desafio, principalmente em casais de primeira união; iniciando a família - constrói-se aqui uma relação, um movimento psicológico de edificação do núcleo familiar, tendo como principal desafio a elaboração de um novo padrão de relacionamento e o respeito a individualidade dos cônjuges; relacionando-se com a família de origem;
- **Vivendo a parentalidade:** inclui a vinda do primeiro filho e a vida com filhos pequenos, iniciando-se com o desejo e a decisão de ter filhos até a formação triádica que forma a família, acontecendo assim o nascimento emocional e biológico do bebê, mesmo que haja uma gravidez inesperada. Possui as subcategorias: filhos - onde a pessoa ou o casal pensa se a fase da vida que estão é apropriada para vinda de filhos; a vinda do filho - processo em que se descobrem novos sentimentos, aproxima o casal, envolve expectativas e dificuldade pessoais, sentindo-se mais maduros e vivendo mudanças com a

vinda do bebê; e vivendo com filhos pequenos - é a etapa vivenciada como extremamente desafiador tanto para pais quanto para mães, exigindo mudanças conforme os filhos crescem e passam por diferentes fases do desenvolvimento.

Para Cerveny e Berthoud (2002), as regras familiares estabelecidas pelo jovem casal são consideradas como um conjunto de entendimentos conhecidos de forma implícita e/ou explicitamente. Esses entendimentos referem-se, inclusive, à história sobre o enfrentamento de situações de crise no cotidiano pelas famílias de origem serem ou não seguidas.

Cerveny e Moreira (2016) mencionam que na fase de aquisição, a preocupação do jovem casal poderá ser sobre o lugar para morar, ou um emprego, que lhes forneça melhores condições financeiras, os acessórios para compor o lar, ou a aquisição de um carro comum, além de um seguro saúde, ou a possibilidade de cursar um mestrado, especialização ou doutorado. Regras e prioridades são estabelecidas em uma listagem, que separe o necessário do supérfluo.

Retornando ao que a autora Cerveny e Berthoud (2002) disse, quando os filhos apontam na família, tudo muda, além da própria mudança da união do próprio casal inicialmente. Às preocupações iniciais, somam-se outras: necessidade de creche, ou um suporte de ajuda no cuidado parental, a escolha da escola, a preocupação com a distância casa-escola, as quais implicam em gastos extras, além de quaisquer atividades/acompanhamentos complementares que possam ser necessários (fonoaudiólogo, psicólogo, por exemplo). As necessidades anteriores, possivelmente, ainda estarão presentes, pois são de administração de gastos primários, para o casal (luz, água, telefone, aluguel, gás, transporte, por exemplo).

Como toda a rotina conjugal modifica-se com a vinda dos filhos, e por diversas vezes, os casais acabam não se encontrando mais em seus papéis específicos de cônjuges, vem a possibilidade de separações conjugais, na qual irá ser abordado com mais detalhes no tópico seguinte.

### 2.3 SEPARAÇÃO CONJUGAL

Cerveny e Moreira (2016) explicam que, com a promulgação da Lei do Divórcio no Brasil, em 1977, os recasamentos têm-se tornado cada vez mais frequentes, pois

essa lei alterou dispositivos da Lei 5.869/11.01.1973 do Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa. Além disso, a Emenda Constitucional 66/2010 (EC 66/2010) abriu a possibilidade de ser o casamento civil dissolvido por divórcio sem a necessidade de separação prévia ou discussão de eventual culpa dos cônjuges. Esta referida EC 66/2010 também excluiu a necessidade de fluência de prazo para pedido de divórcio e abriu três caminhos para o divórcio: consensual, litigioso, extrajudicial sendo este último quando não há filhos menores e com a anuência e concordância de partilha de bens, realizado em Tabelionato de Notas.

O número de divórcios no Brasil bateu recorde no ano de 2009. Em 2010 foram registrados 243.224 divórcios, entre processos judiciais e escrituras públicas. Isso significa que 1,8 em cada mil pessoas com 20 anos ou mais dissolveram o casamento legalmente. Os dados são das Estatísticas do Registro Civil em 2010, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (SILVA, 2013).

Ferreira e Motta (2007) acrescentam também que as transformações sociais legais não costumam acompanhar o ritmo porque, no Brasil, conforme já mencionado, a lei tratada por Lei do Divórcio data de 1977 e as leis relativas a união estável, uma segunda forma de constituição de entidade familiar foram de 1994 a 1996. Mostrando que, conforme novas leis vão surgindo, vão mudando os olhares frente a uma situação relacional, transformando a sociedade.

O casamento dos dias atuais, para Féres-Carneiro e Diniz Neto (2010), diferente do que se víamos anos atrás, no sentido que o ideal de amor romântico, do amor para sempre já não é visto como antigamente, especialmente por conta da emancipação e autonomia feminina. Os casamentos se mantêm hoje apenas se houver uma concordância de satisfação para ambos.

Segundo Aun, Vasconcellos e Coelho (2005), a família e o casamento passaram a ser submetidos à satisfação pessoal, tanto no que se refere ao lugar dos filhos, quanto ao lugar da mulher. Manter o casamento, atualmente, passou a ser uma escolha individual e não uma obrigação a ser cumprida como uma norma social. As crises conjugais terminam com separações ou divórcio, em que cada cônjuge busca novos espaços e novos contatos, acarretando consequências, não só para os próprios cônjuges, mas para sua rede social, que inclui parentes, amigos e dos próprios filhos.

Cervený e Moreira (2016) , também explica que, muitos casais, esquecem totalmente a conjugalidade, quando passam a viver a parentalidade. A motivação para

o nascimento de filhos pode ser por diferentes razões: o desejo de viver a maternidade/paternidade; dar netos aos pais; o vazio de um casamento; ou a perpetuação do nome. Assim, muitas vezes, chegamos ao mundo com delegações que nos definem sem que tenhamos conhecimento.

A literatura aponta ainda que, uma coisa é inevitável, a relação dos pais será modificada com a separação. Considera-se que questões não resolvidas em fases anteriores do ciclo de vida familiar propiciarão transições mais difíceis e muitas serão as perdas. Dentro de uma perspectiva sistêmica, esta perda é vista como uma transição maior que rompe os padrões de interação da família e que requer uma nova organização familiar. Salvo que, o convívio social familiar pode ficar distorcido depois de uma perda, quando há a decisão de um dos cônjuges em pôr fim ao casamento (MCGOLDRICK; CARTER, 1989).

Por isso, é importante se atentar em ter cuidados em como será desenvolvido essa separação na vida dos filhos, como será para eles toda a mudança e o quanto isso afetará ou o quanto eles conseguirão elaborar toda a situação do divórcio dos pais em diante, em suas vidas.

Com mais detalhes, será abordado na sessão seguinte o desenvolvimento dos filhos frente a essa nova dinâmica familiar, para que essa passagem seja feita da melhor forma possível.

## 2.4 DESENVOLVIMENTO DOS FILHOS NO DIVÓRCIO

Na atualidade, Tolo (2006) tem observado um elevado índice de divórcios em nossa sociedade, gerando grandes mudanças na vida dos filhos, dentre elas as mudanças psicológicas, como: ansiedade, depressão, dificuldades na aprendizagem e, também, sofrimento decorrente da ausência/perda de um dos genitores, que poderá gerar conflitos para essa criança. O que, também, foi levantado por Grzybowski e Wagner (2010) que a criança poderá, também, desenvolver ansiedade vinda do divórcio do casal e sofrer por mudanças no núcleo familiar, fatores inevitáveis para ela.

Na escola, segundo Raposo et al. (2010), também poderão ser observadas algumas dificuldades, implicando na alfabetização, na concentração e na socialização da criança, interferindo diretamente na qualidade de vida dela. Por isso, há a

importância em se estudar a influência emocional que as crianças sofrem após o divórcio dos pais.

Cloutier e Jacques (1985 apud ÁVILA, 2004) enumeram algumas mudanças das quais os filhos estarão sujeitos após a separação de seus pais. A primeira delas é que a passagem para a família monoparental é caracterizada por diminuição dos recursos humanos e materiais disponíveis, e pelo estresse advindo dessa nova realidade, tanto para a mãe como para a criança. A segunda mudança estaria relacionada à guarda compartilhada ou à guarda exclusiva, sendo estressante para as crianças, que deverão adaptar-se a várias transformações, como a mudança de ambiente, viver apenas com um dos pais, dentre outros. A terceira adaptação é o acontecimento de um recasamento, que poderá estar ligada à maior probabilidade de viver uma mudança de guarda. Por último, a recomposição familiar, que requer adequação por parte de todos os membros familiares. Além disso, os pais, quando ocorre um recasamento do ex-cônjuge, vivem o medo de que o novo parceiro substitua o pai/mãe. Outro medo que estaria relacionado é uma possível rivalidade entre a criança e o novo, ou nova parceira do pai/mãe que tem a guarda da criança.

Em contrapartida, alguns autores desconstruem os estereótipos acima citados, afirmando que a separação dos cônjuges pode ser compreendida pelos filhos de pais separados de forma positiva. Wagner, Falcke e Meza (1997, p. 156) defendem que "as consequências do divórcio nos filhos estão diminuindo à medida que este está se tornando, a cada dia, mais comum e aceitável".

Segundo Brito (2007), a criança poderá elaborar a separação de forma natural, podendo ou não desenvolver patologias, mais sempre lembrando que alguns aspectos serão inevitáveis, como a mudança de rotina, de ambiente e até mesmo em relação a estrutura familiar.

Bessa (2000) afirma que muitas dúvidas, incertezas, sentimentos, ressentimentos, perpassam essa nova família. Apesar de um possível afastamento, alguns pais podem recorrer a várias atitudes compensatórias e, às vezes, fazer coisas que não faziam quando viviam juntos com os filhos, tais como: levar os filhos a lugares antes não frequentados pelos pais; compra de presentes sem estar necessariamente em datas festivas; demonstrar carinho e preocupação antes não expressados, etc.

Kelly (1987 apud ÁVILA, 2004) revela que crianças apresentam algumas reações diante da separação de seus pais, tais como: ansiedade, tristeza, medo, agressividade, baixo rendimento escolar, medo de ser abandonada e das tentativas

de reconciliação dos pais. Verificou-se que quando estes continuam a ter conflitos após o divórcio, principalmente os filhos, apresentam problemas comportamentais. Quando há conflitos intensos entre os pais, divorciados ou não, ocorre um prejuízo no desenvolvimento psicológico das crianças, pois esses conflitos geram estresse. Conclui-se que a separação gera mais inconvenientes do que vantagens para a criança.

Souza (2000), compreende que os filhos têm sua saúde mental preservada através do bom relacionamento pré e pós-divórcio de seus genitores. Logo entende-se que, tudo dependerá da qualidade do contato com a figura parental e de como as mudanças no núcleo familiar serão elaboradas pela criança. Lembrando que, com o divórcio dos pais, vem também o divórcio dos filhos, pois grande parte dos casais também se separam dos filhos, trazendo, assim, grandes prejuízos emocionais a criança.

Conforme Mendonça (2005), a vida do casal, casado ou separado, pode ser harmônica ou desarmônica, disto dependerá o nível de conflito. Os pais separados expressam sua raiva do ex-cônjuge na frente da criança e, às vezes, tentam destruir a imagem do outro para o filho. Nesses casos, a criança se sente obrigada a tomar partido de um dos pais. Isso, sim, afeta sua autoestima e segurança. Porém, quando há uma relação harmoniosa, típica de uma família funcional, mesmo que separados entre os pais, quando ambos participam da rotina do filho, a separação pode ser algo positivo, de grande aprendizado e desenvolvimento para este.

De acordo com Mendonça (2005), novamente, é possível apontar pontos positivos para os filhos de pais separados: amadurecem mais cedo, o que de certa forma é uma experiência positiva num mundo que nos empurra para uma eterna dependência. Esses filhos desenvolvem maior poder de adaptação a novas realidades do que muitos adultos, por ter de se adaptar ao novo modo de vida, sem um dos pais presentes na sua rotina diária, geralmente vivendo em duas casas, uma durante a semana outra nos fins de semana.

De acordo com Ávila (2004), o modo como os filhos de pais separados irá se defrontar com o divórcio vai estar relacionado, dentre outros motivos, a sua idade e ao seu estágio de desenvolvimento. Esses fatores influenciam os sintomas e as reações em relação à separação dos pais.

Silva e Gonçalves (2016), tem apontado que a literatura no campo da Psicologia tem confirmado que a separação constitui uma crise emocional que

acarreta desestabilização da família, produzindo prejuízos emocionais nos filhos, particularmente nos menores. Conforme já vimos, qualquer evento que ocorra com algum membro do sistema familiar, acarretará efeitos sobre os demais e sobre o sistema como um todo. As crianças, quanto menores mais expressam sua angústia por meio de atitudes e de outros sinais não verbais, ficando tristes, arredias ou doentes, por exemplo.

Portanto, a partir da exposição teórica apresentada até este momento, podemos refletir o quanto o sistema familiar pode sofrer alterações e, como estas mudanças podem afetar a cada membro do sistema de forma peculiar e individual, refletindo em toda o sistema daquela família. Sua compreensão torna-se necessária, pois só assim será possível estruturar essas mudanças e seus reflexos na sociedade atual.

### 3 MÉTODO

Esta sessão descreve o método escolhido para a realização da revisão literária e traz detalhes sobre as abordagens utilizadas.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2017), é uma pesquisa feita a partir de materiais que já foram publicados, desde artigos, livros e fonte digitais. De acordo com o autor, a principal vantagem dessa pesquisa é que ela cobre um leque de fenômenos muito maior do que outros tipos de pesquisa.

O tipo de revisão bibliográfica deste trabalho é uma revisão sistemática da literatura segundo a metodologia de Kitchenham (2004), a qual possui um protocolo bem definido para a identificação, a seleção, a avaliação e a interpretação dos resultados de uma pesquisa. Este protocolo define uma série de fases que devem ser cumpridas para contemplar as etapas de pesquisas (MORAIS; CONCEIÇÃO, 2018).

As fases são:

- Fase 1: pesquisa na literatura por meio das bases digitais;
- Fase 2: filtragem das publicações a partir do título e do resumo;
- Fase 3: seleção de artigos relevantes para o contexto estudado a partir de leitura preliminar;
- Fase 4: utilização dos critérios de inclusão e exclusão;
- Fase 5: seleção final das publicações das quais foram extraídos os dados.

Esta revisão sistemática tem caráter quali-quantitativo, pois considera e analisa tanto estudos que trazem dados numéricos e objetivos, quanto trabalhos que concentram suas informações na observação, em entrevistas e interações humanas, com ênfase na interpretação e no significado dos dados.

As próximas seções apresentam detalhes do protocolo de revisão sistemática utilizado.

### 3.2 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

A busca de artigos foi realizada nas bases de dados digitais *online*:

- Scielo <https://www.scielo.org/>;
- Pepsic <http://pepsic.bvsalud.org/>;
- BVS <http://brasil.bvs.br/>.

### 3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

As bases digitais selecionadas foram escolhidas por serem reconhecidas no meio acadêmico da área de Psicologia, e por serem centradas para o objetivo da pesquisa escolhida.

Os descritores utilizados para a realização da Fase 1 foram:

- “Divórcio + Relações Pais-Filhos”: retornaram 736 resultados, sendo 1 da base Scielo, 1 da base Pepsic e 734 da base BVS;
- “Divórcio + Desenvolvimento Infantil”: retornaram 262 resultados, sendo 1 da base Pepsic e 261 da base BVS;
- “Divórcio + Comportamento Infantil”: retornaram 420 resultados, sendo 1 da base Pepsic e 419 da base BVS;
- “Divórcio + Criança”: retornaram 2096 resultados, sendo 8 da base da Scielo, 5 da base Pepsic e 2083 da base BVS;
- “Divórcio + Filhos”: retornaram 986 resultados, sendo 16 na Scielo, 22 na base Pepsic e 948 na base BVS;
- “Crianças + Separação Conjugal”: retornaram 55 resultados, sendo 3 da base Scielo e 52 da base BVS;
- “Desenvolvimento Infantil + Separação Conjugal”: retornaram 7 resultados, sendo 1 da base Pepsic e 6 da base BVS;
- “Filhos + Separação Conjugal”: retornaram 100 resultados, sendo 6 da base da Scielo, 4 da base Pepsic e 90 da base BVS.

Para a seleção de artigos relevantes para a lista de estudos primários foram usados os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

- Incluir artigos do ano de 2008 até 2018;
- Incluir artigos em português;
- Incluir artigos que abordem a faixa etária da fase de Aquisição;
- Excluir artigos que não estejam na faixa de ano escolhida;
- Excluir artigos que não estejam em português;
- Excluir artigos que abordem outras faixas etárias;
- Excluir artigos que não pertencem a área de Psicologia.

Subsequente à aplicação dos critérios de seleção nos 4662 artigos obtidos na fase inicial, que correspondem às fases 2, 3 e 4, foram selecionadas 29 publicações para a fase 5.

### 3.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados a partir da revisão sistemática da literatura foi feita com o auxílio da ferramenta Excel. As informações extraídas dos artigos foram organizadas e expostas por meio de tabelas, o que facilita a interpretação e a análise do conteúdo.

O método utilizado para a análise qualitativa dos dados foi a análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de pesquisa para identificar o sentido do documento (CAMPOS, 2004).

Será apresentado as fases de uma análise de conteúdo segundo Campos (2004):

- I) Fase de pré-exploração do material ou de leituras flutuantes do *corpus* das entrevistas. Selecionado o *corpus* a ser analisado procede-se às leituras flutuantes de todo o material, com o intuito de apreender e organizar de forma não estruturada aspectos importantes para as próximas fases da análise. Nesta fase a utilização de uma leitura menos aderente, promove uma melhor assimilação do material e elaborações mentais que forneceram indícios iniciais no caminho a uma apresentação mais sistematizada dos dados. Essas leituras iniciais permitem ao pesquisador transcender a

mensagem explícita e, de uma forma menos estruturada, já conseguir visualizar mesmo que primariamente, pistas e indícios não óbvios;

- II) A seleção das unidades de análise (ou unidades de significados). Uma das mais básicas e importantes decisões para o pesquisador é a seleção das unidades de análise, sendo que estas incluem palavras, sentenças, frases, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros. Existem várias opções na escolha dos recortes a serem utilizados, mas percebemos um interesse maior pela análise temática (temas), o que nos leva ao uso de sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise. O tema pode ser compreendido como uma escolha própria do pesquisador, vislumbrada através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu contato com o material estudado e teorias embasadoras, classificada antes de tudo por uma sequência de ordem psicológica, tendo comprimento variável e podendo abranger ou aludir a vários outros temas;
- III) O processo de categorização e subcategorização. O processo de categorização pode ser definido como uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero. Desta forma, podemos caracterizar as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam através de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo e criem novos conhecimentos, proporcionando uma visão diferenciada sobre os temas propostos. As categorias utilizadas podem ser apriorísticas ou não apriorísticas: sendo apriorística, o pesquisador de antemão já possui, segundo sua experiência prévia ou interesses, categorias pré-definidas. Geralmente de larga abrangência e que poderiam comportar subcategorias que emergissem do texto. No entanto, percebe-se que, partir de categorias pré-definidas pode limitar a abrangência de novos conteúdos importantes que por algum motivo não se “encaixem” nessas categorias prévias, promovendo um certo “engessamento” das categorias temáticas. No caso da escolha pela categorização não apriorística, essas emergem totalmente do contexto das respostas dos sujeitos da pesquisa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse estudo buscou identificar como a literatura científica nacional sobre os efeitos do divórcio na criança está organizada, e como efetivar as possíveis intervenções com os envolvidos nas situações de divórcio.

Assim, os 29 artigos foram analisados de forma quantitativa e qualitativa. A análise qualitativa, obtida pela análise de conteúdo, pode-se obter três categorias apriorísticas (objetivos, principais conclusões e tendências) que serão descritas nas seções posteriores. Com relação à análise quantitativa, será apresentado o quadro dos artigos selecionados com seus autores e anos de publicação, títulos e revistas.

No Quadro 1, apresenta-se os artigos selecionados para a análise da revisão bibliográfica com seus respectivos autores e anos, títulos e revistas em que foram publicados.

Quadro 1. Artigos selecionados.

<b>Autores (Ano)</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>
Leila Maria Torraca de Brito, Andréia Ribeiro Cardoso e Juliane Dominoni Gomes de Oliveira (2010)	Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos.	<i>Psicol. cienc. prof.</i> [online]
Luciana Suárez Grzybowski e Adriana Wagner (2010)	Casa do pai: uma coparentalidade após o divórcio.	Psic. : Teor. e Pesq.
Rosane Mantilla de Souza (2009)	O envolvimento dos pais após uma separação / divórcio.	Psicol. Reflexo.
Fernanda Cabral Ferreira Schneebeli e Maria Cristina Smith Menandro. (2014)	Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal.	Psicol. Soc.
Sabrina Daiana Cúnico e Dorian Mônica Arpini. (2014)	Não basta gerar, tem que participar? um estudo sobre a ausência paterna.	Psicol. cienc. prof.
Ana Paula Medeiros ; Fernanda Kimie Tavares Mishima-Gomes ; Leandro Soares da Silva ; Valéria Barbier. (2013)	."Quem assume a função do pai?": discussões sobre a separação conjugal.	<i>Rev. SPAGESP</i> [online]

(Continua)

(Continuação)

Rosalba Filipini. (2009)	Reconfiguração sociométrica da família na contemporaneidade: os desafios de crianças e adolescentes.	<i>Rev. bras. psicodrama</i> [online].
Rogério Isotton e Denise Falcke. (2014)	Quando um dos genitores detém a guarda dos filhos: que configuração familiar é essa?	<i>Pensando fam.</i> [online].
Ananda Warpechowski e Clarisse Mosmann. (2012)	A experiência da paternidade frente à separação conjugal: sentimentos e percepções.	<i>Temas psicol.</i> [online]
Rogério Isotton e Denise Falcke. (2014)	Paternidade em famílias pós-divórcio cujo pai detém a guarda unilateral dos filhos.	<i>Rev. Subj.</i> [online].
Mariana Martins Juras e Liana Fortunato Costa. (2011)	O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos.	<i>Estilos clin.</i> [online]
Diuvani Tomazoni Alexandrel e Mauro Luís Vieira. (2009)	A influência da guarda exclusiva e compartilhada no relacionamento entre pais e filhos.	<i>Psicol. pesq.</i> [online]
Camila Almeida Kostulski, Gabriela Clerici Christofari, Gerusa Morgana Bloss, Dorian Mônica Arpini e Patrícia Paraboni. (2017)	Coparentalidade em famílias pós-divórcio: uma ação desenvolvida em um núcleo de práticas judiciais.	<i>Pensando fam.</i> [online]
Marcelo Richar Arua Piovanottill e Denise Duque. (2018)	Divórcio, recasamento e a relação entre padrastos e enteados: reflexões endereçadas aos terapeutas de família.	<i>Nova perspect. sist.</i> [online].
Amanda Pansard Alves, Dorian Mônica Arpini e Sabrina Daiana Cúnico. (2015)	Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental.	<i>Estud. pesqui. psicol.</i> [online]
Angélica Paula Neumann e Eliana Piccoli Zordan. (2013)	As reverberações da separação conjugal dos pais no relacionamento entre irmãos.	<i>Pensando fam.</i> [online].
Amanda Pansard Alves e Dorian Mônica Arpini. (2017)	A conjugalidade e os conflitos vivenciados a partir do recasamento.	<i>Pensando fam.</i> [online].
Vanessa Barbosa Romera Leme e Edna Maria Marturano. (2014)	Preditores de desempenho e competência acadêmica de crianças de famílias nucleares, monoparentais e recasadas.	<i>Psicol. Reflexo. Crit</i>

(Continua)

(Continuação)

Aline Tomazetti Denardi e Cristiane Bottoli. (2017)	E quando não é a mãe? A paternidade diante da monoparentalidade.	Barbarói
Everley Rosane Goetz e Mauro Luis Vieira. (2008)	Diferenças nas percepções de crianças sobre cuidado parental real e ideal quando pais vivem juntos ou separados.	Psicol. Reflex. Crit.,
Caroline de Oliveira Mozzaquatro, Amanda Pansard Alves, Gerusa Morgana Bloss Lucca, Gabriela Clerici Christofari e Dorian Mônica Arpini. (2015)	Reflexões acerca da demanda atendida por um serviço de psicologia em uma assistência judiciária gratuita.	<i>Aletheia</i> [online]
Ana Carolina Villares Barral Villas Boas e Alessandra Turini Bolsoni-Silva. (2010)	Habilidades sociais educativas de mães separadas e sua relação com o comportamento de pré-escolares.	Psico-USF (Impr.),
Pamela Nardi, Cláudia Mara Bosetto Cenci, Denice Bortolin e Márcio Medina Neves. (2017)	O manejo do dinheiro em relação aos filhos de pais divorciados.	<i>Rev. SPAGESP</i> [online]
Débora Staub Cano, Leticia Macedo Gabarra, Carmen Ocampo Moré e Maria Aparecida Crepaldi. (2009)	As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro.	Psicol. Reflex. Crit.,
Silvana Soriano Frassetto e Daniela Di Giorgio Schneider Bakos. (2010)	Terapia cognitivo-comportamental infantil em situação de separação conjugal: estudo de caso.	<i>Rev. bras.ter. cogn.</i> [online]
Mariana Martins Juras e Liana Fortunato Costa. (2016)	Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda.	Psic.: Teor. e Pesq.
Dario Palhares, Íris Almeida dos Santos e Magaly Abreu de Andrade Palhares de Melo. (2018)	Impactos do divórcio e da guarda compartilhada na saúde e no bem-estar das famílias.	Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica
Laura Cristina Eiras Coelho Soares, Fernanda Hermínia Oliveira Souza e Fernanda Simplício Cardoso. (2015)	Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica.	Psicologia Argumento

Fonte: Dados obtidos na pesquisa

Observa-se no Quadro 1 toda a descrição dos artigos selecionados para a análise dos dados referentes aos objetivos propostos neste trabalho. A partir disso, serão descritos diversos dados analisados e sua relação com a literatura disponibilizada na fundamentação teórica deste trabalho, auxiliando no embasamento na descrição dos dados. Na sessão a seguir, serão apresentados dados quantitativos coletados nos artigos.

#### 4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ARTIGOS

Nesta sessão serão apresentados dados qualitativos, primeiramente, com relação ao ano de publicação dos artigos. Percebe-se que a maioria foi escrito no ano de 2014, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Ano de publicação dos artigos.

<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>		
	<b>n</b>	<b>%</b>
2008	1	3%
2009	4	14%
2010	4	14%
2011	1	3%
2012	1	3%
2013	2	7%
2014	6	21%
2015	3	10%
2016	1	3%
2017	4	14%
2018	2	7%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Como apontado inicialmente, o ano com maior presença em publicações, foi o ano de 2014 com 21%, ou seja, um total de seis trabalhos publicados dentro do tema analisado neste trabalho. Em seguida, os anos de 2009, 2010 e 2017 com quatro trabalhos cada, ou seja, representando 14% cada na amostra total. Já o ano de 2015

apresentou 7% da amostra. Os anos de 2013 e 2018 representam cada um 7% da amostra, ou seja, dois trabalhos cada. Os anos de 2008, 2011, 2012 e 2016 representam cada um 3% da amostra, ou seja, apenas um trabalho publicado. Dentro da pesquisa deste trabalho foi observado que o número de divórcios no Brasil bateu recorde no ano de 2009. Em 2010 foram registrados 243.224 divórcios, entre processos judiciais e escrituras públicas. Isso significa que 1,8 em cada mil pessoas com 20 anos ou mais dissolveram o casamento legalmente. Os dados são das Estatísticas do Registro Civil em 2010, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SILVA, 2013).

Na Tabela 2, serão descritos os dados referentes ao número de artigos presentes em cada estado brasileiro frente às publicações do tema referido. Cabe ressaltar que por região levou-se em conta a localização da universidade ou instituição que os autores dos artigos pertencem.

Tabela 2: Número de artigos por estado de publicação

<b>ESTADO</b>		
	<b>n</b>	<b>%</b>
Rio de Janeiro	2	7%
Rio Grande do Sul	15	52%
Espírito Santo	1	3%
São Paulo	5	17%
Goiás	3	10%
Santa Catarina	2	7%
Minas Gerais	1	3%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Observa-se que o estado do Rio Grande do Sul (RS) tem a presença em mais da metade da amostra, ou seja, apresentou no total 15 trabalhos (52%) publicados dentro do período analisado. Em seguida, o estado de São Paulo (SP) apresentou 17% da amostra total, ou seja, houve a publicação de cinco trabalhos entre 2008 a 2018. Goiás (GO) apresentou uma representatividade de 10% (três trabalhos cada) da amostra, seguido pelo estado do Rio de Janeiro (RJ) e Santa Catarina (SC) com 7% (dois trabalhos cada) e, por fim, os Estados de Espírito Santo (ES) e Minas Gerais (MG) com 3% (um trabalho cada).

Sendo assim, os dados apresentados demonstram o cenário brasileiro quanto a distribuição das publicações do tema estudado. Com isso, observa-se que, dentro da mesma região, como na região Sul, há uma discrepância entre o número de trabalhos publicados, sendo que RS e SC apresentam uma diferença de 13 trabalhos publicados. Na região Sudeste, os estados apresentaram uma certa semelhança entre o número de publicação. O único estado que representou a região Centro-Oeste, Goiás, apresentou três trabalhos publicados no tema, ou seja, pode demonstrar que há a necessidade de mais trabalhos que representem a população e cultura desta região brasileira.

Porém, observa-se que não houve publicações de outras regiões brasileiras, como a região Norte e Nordeste, sendo assim, demonstra-se uma lacuna quanto a publicações do tema no âmbito nacional envolvendo essas regiões. Estes dados representam a realidade brasileira no cenário científico analisado, apresentando a necessidade de mais estudos no tema que possam trazer dados referentes às diferentes culturas e dinâmicas sociais da população brasileira, auxiliando os profissionais na compreensão da diversidade do tema e suas peculiaridades.

Na Tabela 3, serão apresentados os dados referentes aos números de artigos quanto a abordagem e delineamento dos estudos, demonstrando a representatividade no cenário analisado.

Tabela 3. Número de artigos segundo a abordagem e delineamento de pesquisa

TIPO DE PESQUISA					
Abordagem	n	%	Delineamento	n	%
Qualitativa	28	97%	Pesquisa de Campo	17	59%
Quantitativa	1	3%	Pesquisa de Papel	8	28%
Mista	0	0%	Estudo de caso	2	7%
			Pesquisa-Ação	1	3%
			Pesquisa Participante	1	3%
Total	29	100%		29	100%

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Na Tabela 3, são expostos as abordagens e os delineamentos utilizados nos artigos. Referente as abordagens utilizadas nas pesquisas, com 97% dos artigos, ou seja 28 artigos, foram usadas as abordagens qualitativas, que não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade

levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (GODOY,1995). E somente 3% dos artigos, ou seja, um artigo, foi usado pesquisa quantitativa que com 59% dos artigos, ou seja, 17 artigos, ficou à frente a pesquisa de campo que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (GONSALVES, 2001).

Com 28% dos artigos, ou seja, oito artigos, a pesquisa de papel se encontra como a segunda mais utilizado, esta representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Com 7% dos artigos, ou seja, dois artigos, o estudo de caso se encontra como uma modalidade com menor procura, que se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular (GODOY,1995).

Por fim, a pesquisa-ação, cujo o pesquisador não é pesquisado, ele tem um objetivo de resolver o problema em questão, e a pesquisa participante, cujo todos os envolvidos são pesquisadores e pesquisados ao mesmo tempo para uma possível comunicação entre os membros do grupo e o pesquisador não tem uma ação destinada a resolver um problema, encontram-se com 3% cada dos artigos, ou seja, apenas um artigo publicado em cada modalidade de delineamento (FELCHER; FERREIRA; FOLMER, 2017).

Segundo Moraes e Conceição (2018), a análise tanto estudos que trazem dados numéricos e objetivos, quanto trabalhos que concentram suas informações na observação, em entrevistas e interações humanas, com ênfase na interpretação e no significado dos dados é importante para se tornar mais rica a compreensão do fenômeno do divórcio para o desenvolvimento dos filhos. Com isso, os dados aqui apresentados tornam-se relevantes, pois retratam o cenário no qual se encontra as pesquisas do tema, demonstrando aquelas modalidades que se encontram em ascensão e aquelas que ainda estão no início do desenvolvendo no meio dos estudos da família e divórcio.

Na Tabela 4, serão apresentados os dados referentes aos números de artigos segundo a população das pesquisas, demonstrando a representatividade no cenário analisado.

Tabela 4. Número de artigos segundo a população das pesquisas

<b>POPULAÇÃO</b>		
	<b>n</b>	<b>%</b>
Pais e Mães separados/divorciados	7	24%
Pais divorciados	1	3%
Mães divorciadas	2	7%
Mães e filhos	2	7%
Pais e filhos	6	21%
Filhos	1	3%
Casais divorciados	2	7%
Família divorciada	6	21%
Família recasada	1	3%
Mães divorciadas e professoras	1	3%
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A Tabela 4 apresenta a população das pesquisas analisadas neste trabalho. A população de pais e mães separados/divorciados foi a mais encontrada, ou seja, representam 24% dos trabalhos analisados, já a população de pais e filhos e famílias divorciadas apareceram, ambas, com 21%, ou seja, seis trabalhos cada. Já a população de mães divorciadas, mães e filhos e casais divorciados apareceram com 7%, ou seja, dois trabalhos cada. Por fim, a população de pais divorciados, filhos, família recasada e mães divorciadas e professoras com apenas apresentaram apenas um trabalho cada um (3% dos artigos).

Segundo Aun, Vasconcellos e Coelho (2005), a família e o casamento passaram a ser submetidos à satisfação pessoal, tanto no que se refere ao lugar dos filhos, quanto ao lugar da mulher. Manter o casamento, atualmente, passou a ser uma escolha individual e não uma obrigação a ser cumprida como uma norma social. As crises conjugais terminam com separações ou divórcio, em que cada cônjuge busca novos espaços e novos contatos, acarretando consequências, não só para os próprios cônjuges, mas para sua rede social, que inclui parentes, amigos e dos próprios filhos.

Diante disso, a partir dos dados apresentados e o apontamento dos autores, é possível observar qual população vem sendo estudada com maior frequência do que outros, sendo assim, demonstra a necessidade de novos estudos naqueles trabalhos que apresentaram as menores publicações, pois assim, será possível a compreensão do papel destas populações frente ao tema divórcio e membros da família.

Na Tabela 5, serão apresentados os dados referentes aos números de artigos segundo os instrumentos utilizados nas pesquisas, demonstrando a representatividade no cenário analisado.

Tabela 5. Número de artigos segundo os instrumentos utilizados.

<b>INSTRUMENTOS</b>		
	<b>n</b>	<b>%</b>
Questionário	7	20%
Formulário	0	0%
Entrevista	14	40%
Grupo focal	2	6%
Observação	3	9%
Inventário	2	6%
Escala	1	3%
Procedimentos Psicológicos	6	17%
	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Na Tabela 5, são apontados os instrumentos utilizados para o levantamento de dados da pesquisa dos artigos analisados. O instrumento mais utilizado foi a entrevista, a qual existe uma flexibilidade na aplicação, facilidade de adaptação de protocolo, viabiliza a comprovação e esclarecimento de respostas, taxa de resposta elevada, pode ser aplicada a pessoas não aptas à leitura (RIBEIRO, 2008). Esta apareceu em 40% dos artigos, ou seja, em 14 artigos. Em seguida, há o questionário, caracterizado como um conjunto de questões feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto (PARASURAMAN, 1991). Este apareceu em 20%, ou seja, em sete artigos.

O procedimento psicológico abrangeu diversas possibilidades de técnicas. Segundo Brito, Cardoso e Oliveira (2010) os recursos que elas usaram foram trechos de crônicas, músicas e filmes. Já Juras e Costa (2011) usaram genograma familiar, visita domiciliar e desenho da família realizado pelas crianças. As autoras Neumann e Zordan (2013) realizaram a aplicação do familiograma. Alves e Arpini (2017) usaram o genograma da família. Já Villas Boas e Bolsoni Silva (2010) preferiram aplicar testes o de Spearman e Mann-Whitney. As autoras Frassetto e Bakos (2010) realizaram a aplicação de atividades lúdicas, desenhos, técnica de role-play e intervenções com os

país. Estes procedimentos apareceram com 17%, ou seja, seis artigos utilizaram estes instrumentos para coleta de seus dados.

Na observação, são registrados dados visíveis e de interesse da pesquisa. As anotações podem ser feitas por meio de registro cursivo (contínuo), uso de palavras-chaves, check list e códigos, que são transcritos posteriormente (DANNA; MATOS, 2006), na qual esteve presente em 9%, ou seja, esteve presente em três artigos dos 29 artigos analisados nesta pesquisa. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996) o inventário, que é o método de registro da vida do sujeito e que possui diferentes focos, e o grupo focal, que reúne um grupo de indivíduos para debater algum assunto que esteja ligado a algum interesse específico, representam 6% cada, ou seja, representam dois artigos em cada. Por fim, a escala, sendo uma medida usada para definir as dimensões proporcionais dos tamanhos reais em representações gráficas, representou 3% dos artigos, ou seja, um artigo utilizou este método como meio de coleta de seus dados.

Na literatura analisada, não foi encontrado uma explicação para o instrumento mais utilizado ter sido a entrevista, mostrando assim ser um dado importante para se avaliar nos estudos posteriores. Porém, pode-se levantar-se como hipótese como uma das causas para sua grande utilização dos estudos deste tema que, por meio deste instrumento, há a possibilidade de uma coleta ampla de dados, devido a sua flexibilidade e abrangência (RIBEIRO, 2008). Na sessão a seguir, serão apresentados dados qualitativos coletados nos 29 artigos analisados.

## 4.2 ANÁLISE QUALITATIVA DOS ARTIGOS

A análise qualitativa dos artigos destinou-se aos objetivos, principais conclusões e tendências dos estudos sobre família frente ao divórcio. Os quadros 2, 3 e 4 apresentam, respectivamente, cada uma dessas análises, ressaltando que a escolha de categorização foi a apriorística. Segundo Campos (2004), elas emergem do momento em que o pesquisador precisa ir e vir dentro do material pesquisado e de teorias que embasaram o estudo, sem perder de vista o objetivo dessa pesquisa.

A seguir, será apresentado o Quadro 2 com a análise qualitativa dos objetivos dos artigos selecionados por meio da distribuição em categorias elaboradas a partir da leitura dos artigos.

Quadro 2. Análise qualitativa dos objetivos

<b>OBJETIVOS</b>	
<b>A VIDA DOS FILHOS APÓS DIVÓRCIO</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponto de vista dos filhos na dinâmica do divórcio;</li> <li>• Reverberações da separação no relacionamento fraterno;</li> <li>• Preditores de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças;</li> <li>• Filhos e diferenças no cuidado parental;</li> <li>• Comportamentos das crianças com pais separados;</li> <li>• Convivência familiar de crianças e adolescentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transformações na família;</li> <li>• Nomenclaturas da configuração familiar;</li> <li>• Metodologias da psicologia.</li> </ul>
<b>ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO</b>	<b>TIPOS DE GUARDA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de grupos de reflexão;</li> <li>• Psicoterapia;</li> <li>• Caracterização de demandas;</li> <li>• Comparação de grupos de amostra;</li> <li>• Abordagem de tratamento, aliança terapêutica e resultados do processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representações sociais;</li> <li>• Influência do tipo de guarda no relacionamento entre pais/mães e filhos;</li> <li>• Vivências quanto a modalidade de guarda;</li> <li>• Regime de guarda após divórcio.</li> </ul>
<b>PARENTALIDADE E COPARENTALIDADE</b>	<b>RECASAMENTO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercício da parentalidade;</li> <li>• Práticas parentais;</li> <li>• Educação;</li> <li>• Educação financeira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inserção do padrasto;</li> <li>• Conflitos vivenciados no recasamento;</li> <li>• Convivência familiar no recasamento.</li> </ul>
<b>MATERNIDADE E A PERCEPÇÃO DA MULHER SOBRE O DIVÓRCIO</b>	<b>PATERNIDADE E A PERCEPÇÃO DO HOMEM SOBRE O DIVÓRCIO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Olhar de mulheres chefes de família;</li> <li>• Habilidades sociais educativas das mães.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepções e sentimentos de pais separados;</li> <li>• Paternidade unilateral pós-divórcio;</li> <li>• Monoparentalidade masculina na visão do pai.</li> </ul>
<b>AUSÊNCIA PATERNA</b>	<b>CONTEXTO JURÍDICO</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possíveis razões para a ausência paterna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contexto jurídico no estudo psicossocial;</li> <li>• Psicologia jurídica.</li> </ul>
---	---

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Conforme o quadro acima mostrado, ao realizar o agrupamento dentro das categorias, a que teve maior relevância implícita foi a vida dos filhos após o divórcio. Vale ressaltar que, além da apresentação em categorias, houve um freqüenciamento ou quase-quantitativa, ou seja, repetição de trabalhos a algumas outras categorias. A distribuição ocorreu de acordo com palavras chaves dentro dos objetivos presentes nos artigos analisados. Segundo Campos (2004), essas duas modalidades que aconteceram, ambas são técnicas válidas neste processo, pois foi feito um exercício de compreensão e discussão dos dados, conjuntamente com os outros passos da análise, ou seja, à medida que são feitos, os idos e vindos ao material, ao corpo teórico norteador, referencial pessoal do pesquisador e suas inferências.

A categoria a **Vida dos filhos após divórcio** abrange trechos e palavras que estão relacionadas a temática. Esse categoria foi nomeada desta forma devido a contextos e situações destacadas pelos autores dos artigos analisados, nos quais apresentaram situações quanto a vida de seus filhos após o processo de divórcio, como nos trechos: “Ponto de vista dos filhos na dinâmica do divórcio”; “Reverberações da separação no relacionamento fraterno”; “Preditores de habilidades sociais, problemas de comportamento e competência acadêmica de crianças”; “Filhos e diferenças no cuidado parental”; “Comportamentos das crianças com pais separados”; e “Convivência familiar de crianças e adolescentes”.

Quanto a esse tema, Brito (2007) aponta que a criança poderá elaborar a separação de forma natural, podendo ou não desenvolver patologias, mais sempre lembrando que alguns aspectos serão inevitáveis, como a mudança de rotina, de ambiente e até mesmo em relação a estrutura familiar.

A categoria de **Revisão da literatura** abrange trechos que remetessem a estudos teóricos de revisão da literatura analisada, como nos trechos: “Transformações na família”; “Nomenclaturas da configuração familiar”; e “Metodologias da psicologia”. Isso acaba por apontar os objetivos que os autores dentro do período analisado, buscaram investigar, tornando-se claro aqueles temas estudados como também os diversos temas e áreas que podem ser estudados.

A categoria de **Atuação do psicólogo** envolve trechos que remetem ao papel do psicólogo no tema estudado e os meios de intervenção utilizados pelos psicólogos, como: “Uso de grupos de reflexão”; “Psicoterapia”; “Caracterização de demandas”; “Comparação de grupos de amostra”; e “Abordagem de tratamento, aliança terapêutica e resultados do processo”. Isso demonstra, dentro dos artigos analisados, como o papel do psicólogo e sua atuação no meio vem sendo realizada.

Neste cenário, segundo Simionato e Oliveira (2003), acreditam que, profissionais das mais diversas áreas têm focalizado a família como objeto de estudo a partir da constatação de que ela desempenha papel fundamental no desenvolvimento e manutenção da saúde e no equilíbrio emocional de seus membros. Para eles, há, novamente, a complexidade dos fatores que interferem na sua conservação e seguimento, requerendo que todos aqueles que procuram focalizá-la em seus estudos ou trabalhos, tenham em mente que ela deve ser compreendida historicamente.

A categoria de **Tipos de guarda** retrata trechos que trouxeram palavras chaves ou relacionados ao tema, como: “Representações sociais”; “Influência do tipo de guarda no relacionamento entre pais/mães e filhos”; “Vivências quanto a modalidade de guarda”; e “Regime de guarda após divórcio”. Isso retrata cenários e posições quanto a essa tomada de decisão e impactos na dinâmica familiar.

Este tema é apresentado por Cloutier e Jacques (1985 apud ÁVILA, 2004) no qual enumeram algumas mudanças das quais os filhos estarão sujeitos após a separação de seus pais. A primeira delas é que a passagem para a família monoparental é caracterizada por diminuição dos recursos humanos e materiais disponíveis, e pelo estresse advindo dessa nova realidade, tanto para a mãe como para a criança. A segunda mudança estaria relacionada à guarda compartilhada ou à guarda exclusiva, sendo estressante para as crianças, que deverão adaptar-se a várias transformações, como a mudança de ambiente, viver apenas com um dos pais, dentre outros. A terceira adaptação é o acontecimento de um recasamento, que poderá estar ligada à maior probabilidade de viver uma mudança de guarda. Por último, a recomposição familiar, que requer adequação por parte de todos os membros familiares. Além disso, os pais, quando ocorre um recasamento do ex-cônjuge, vivem o medo de que o novo parceiro substitua o pai/mãe. Outro medo que estaria relacionado é uma possível rivalidade entre a criança e o novo, ou nova parceira do pai/mãe que tem a guarda da criança.

A categoria de **Parentalidade e Coparentalidade** envolveu trechos que trouxessem palavras que remetessem ao tema, como: “Exercício da parentalidade”; “Práticas parentais”; “Educação”; e “Educação financeira”. Com isso, pode-se refletir quanto ao modo como os pais exercem a parentalidade e prática seus modos de ser como pais, envolvendo a educação e ensinamentos de seus filhos.

Segundo Souza (2000), compreende-se que os filhos têm sua saúde mental preservada através do bom relacionamento pré e pós-divórcio de seus genitores. Logo entende-se que, tudo dependerá da qualidade do contato com a figura parental e de como as mudanças no núcleo familiar serão elaboradas pela criança. Lembrando que, com o divórcio dos pais, vem também o divórcio dos filhos, pois grande parte dos casais também se separam dos filhos, trazendo, assim, grandes prejuízos emocionais a criança.

A categoria de **Recasamento**, tema no qual retrata uma nova dinâmica familiar devida à inserção um novo membro na família e, conseqüentemente, a formação de novos vínculos ou conflitos. Pode-se observar esses apontamentos por meio dos trechos: “Inserção do padrasto”; “Conflitos vivenciados no recasamento”; e “Convivência familiar no recasamento”.

Diante deste novo cenário, Bucher e Rodrigues (1990) uma das questões discutidas entre os pesquisadores foi a sua denominação. Os termos surgidos para nomear as famílias que se mantiveram casadas foram família de primeiro casamento, família intacta e original ou nuclear. Já para as famílias que se encontram em segundo casamento, os termos foram recasamento, família recasada, família reconstituída ou recomposta ou recombinação.

A categoria de **Maternidade e a percepção da mulher sobre o divórcio** reflete sobre como a mulher, diante do papel de mãe, percebe seu papel diante do divórcio e essa nova dinâmica familiar. Nos trechos: “Olhar de mulheres chefes de família” e “Habilidades sociais educativas das mães”; observa-se alguns pontos destacados pelos autores dos artigos analisados, os quais foram essenciais para que houvesse essa categoria.

Já a categoria de **Paternidade e a percepção do homem sobre o divórcio**, ao contrário da categoria anterior, retrata o papel do pai no exercício da paternidade e sua percepção frente a essa nova dinâmica familiar. Os trechos a seguir foram selecionados para essa categoria devido a trechos e palavras-chaves que remetem

ao tema: “Percepções e sentimentos de pais separados”; “Paternidade unilateral pós-divórcio”; e “Monoparentalidade masculina na visão do pai”.

Embora haja atualmente uma demanda de que os homens se tornem mais participativos no âmbito doméstico, a maternidade continua sendo cercada por uma série de mitos, deveres, funções e prerrogativas, e ainda parece assumir uma função maior de grandeza se comparada à paternidade (REIS, 2010) – entendimento que acaba sendo reforçado e perpetuado por muitas mulheres e compartilhado pela sociedade em geral (PADILHA, 2008; VIEIRA; SOUZA, 2010). A família monoparental pode ser definida como um arranjo familiar composto pelo pai ou pela mãe - que podem estar na condição de solteiro, separado, divorciado ou viúvo - e seus filhos (PINTO et al., 2011).

A categoria de **Ausência paterna**, foi composta por apenas um trecho dentro dos 29 artigos analisados, com isso observa-se que este tema necessita de maiores investigações, para que assim tenha-se mais conteúdo quanto ao tema para que seja desenvolvido novos questionamentos quanto ao tema, sendo que este apresenta, como outros, um impacto na dinâmica familiar, nos laços afetivos e desenvolvimento das crianças.

Segundo Ferrari (2004) há uma necessidade inata de filiação nos seres humanos, o que não é diferente com os filhos de mães sozinhas. O autor também diz que os filhos “têm a necessidade de saber por que seu pai partiu e de escutar isso da boca deste, e não através da interpretação da mãe”.

Por fim, a categoria de **Contexto jurídico**, apesar de não se um tema central de discussão, está presente no contexto do tema discutido neste trabalho, sendo assim, houve a necessidade de uma categoria que abrangesse os trechos que trouxessem reflexões quanto ao tema, como: “Contexto jurídico no estudo psicossocial” e “Psicologia jurídica”. Com isso, observa-se a necessidade do profissional de Psicologia neste cenário.

Segundo Popolo (1996), a Psicologia Jurídica é uma área de especialidade da Psicologia e, por essa razão, o estudo desenvolvido nessa área deve possuir uma perspectiva psicológica que resultará num conhecimento específico. No entanto, pode-se valer de todo o conhecimento produzido pela ciência psicológica. Para ele, o objeto de estudo da Psicologia Jurídica são os comportamentos complexos que ocorrem ou podem vir a ocorrer.

No Quadro 3, será apresentado o segundo quadro o de análise qualitativa, no qual serão descritas as principais conclusões dos artigos selecionados de acordo com a distribuição das categorias. Serão utilizadas as mesmas categorias presentes no quadro anterior.

Quadro 3. Análise qualitativa das principais conclusões

<b>PRINCIPAIS CONCLUSÕES</b>	
<b>A VIDA DOS FILHOS APÓS DIVÓRCIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificar ou potencializar a relação pais e filhos após o divórcio;</li> <li>• Importância da presença de ambos os genitores na vida dos filhos;</li> <li>• Nem todo genitor irá conseguir constituir-se afetivamente como pai de seus filhos;</li> <li>• Importância da presença familiar para o desenvolvimento dos filhos;</li> <li>• Dificuldades advindas do rompimento conjugal não interferiram de forma decisiva na relação com os filhos;</li> <li>• Cuidados parentais após a separação no fortalecimento da relação entre pais e filhos;</li> <li>• O pai ser participativo no desenvolvimento e na formação dos filhos;</li> <li>• Crianças podem apresentar discrepância quanto a figura paterna quanto aos cuidados e interação devida separação.</li> </ul>
<b>REVISÃO DA LITERATURA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terminologias utilizadas e seus pressupostos implícitos conforme a nomenclatura de "famílias pós-divórcio";</li> <li>• Convivência familiar como campo de pesquisa;</li> <li>• Diversidade nas configurações e aproximações teóricas no campo da família.</li> </ul>
<b>ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento de pais;</li> <li>• Papel da psicoterapia em conjunto com pais no desenvolvimento de suas famílias;</li> <li>• Psicodramatista proporcionando o reconhecimento e apropriação das relações e vínculos nos membros familiares;</li> <li>• Acompanhamento dos pais quanto às configurações familiares e desdobramentos nas relações pais-filhos;</li> <li>• O terapeuta da família deve colaborar para o desenvolvimento produtivo do sistema como um todo;</li> <li>• Acompanhamento dos pais nos cuidados parentais após a separação;</li> <li>• Importância de projetos interdisciplinares com uma visão ampliada e contextual;</li> <li>• Estudos dos diferentes padrões familiares;</li> <li>• Prática clínica e modelos de atendimento;</li> <li>• Resultado da psicoterapia no alívio do sofrimento;</li> <li>• Psicoterapia como papel preventivo de construção de alternativas aos esquemas iniciais desadaptativas em construção.</li> </ul>

<b>TIPOS DE GUARDA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resistência à guarda compartilhada;</li> <li>• Guarda compartilhada e guarda exclusiva devem ser harmoniosas e cooperativas;</li> <li>• Concessões de guarda e as repercussões na reorganização familiar nos aspectos práticos e emocionais;</li> <li>• Guarda compartilhada e saúde pública;</li> <li>• Concessão de guarda e saúde das crianças.</li> </ul>
------------------------	--

(Continua)

(Continuação)

<b>PARENTALIDADE E COPARENTALIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sofrimento diante da distância com os filhos;</li> <li>• Importância da coparentalidade para relações familiares após divórcio;</li> <li>• Influência do contexto social nas práticas parentais;</li> <li>• Exercício da parentalidade após a dissolução conjugal;</li> <li>• Esclarecimento e responsabilidade por parte de cada membro da família;</li> <li>• Percepção dos pais e inclusão dos múltiplos atores envolvidos no processo de separação;</li> <li>• Privilegiar os papéis parentais em detrimento dos conjugais;</li> <li>• Exercício dos cuidados parentais;</li> <li>• Dificuldade dos pais em diferenciar a dissolução da conjugalidade da relação parental;</li> <li>• Manutenção da coparentalidade devido aos conflitos conjugais e cuidados parentais;</li> <li>• Impasses do exercício da parentalidade conjunta;</li> <li>• Efeitos de preditores no contexto familiar e escolar sobre comportamento e competências acadêmicas de crianças;</li> <li>• O comportamento dos filhos está relacionado às habilidades sociais educativas parentais;</li> <li>• O rompimento do vínculo conjugal prejudica o vínculo parental o que pode dificultar a relação dos cuidados com o filho;</li> <li>• Manutenção e encerramento da conjugalidade;</li> <li>• Confusão entre papéis parentais e conjugais.</li> </ul>
<b>RECASAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divórcio e recasamento e as novas funções familiares em suas dificuldades cotidianas da dinâmica familiar;</li> <li>• Concepção da madrasta no contexto da família recasada;</li> <li>• Inclusão de terceiros no conflito conjugal.</li> </ul>
<b>MATERNIDADE E A PERCEPÇÃO DA MULHER SOBRE O DIVÓRCIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Madrastas e a experiência vivenciada por essas mulheres.</li> </ul>

<b>PATERNIDADE E A PERCEÇÃO DO HOMEM SOBRE O DIVÓRCIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paternidade e sobre o seu exercício;</li> <li>• Mudanças em relação à paternidade, modificações quanto à sua maneira de exercê-la e a recriação e remodelação da paternidade;</li> <li>• Pai exerce sozinho os cuidados do filho e acreditam que não é uma tarefa fácil.</li> </ul>
<b>CONTEXTO JURÍDICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contexto jurídico como instância de discussão;</li> <li>• Contexto jurídico no bem-estar da criança e do adolescente;</li> <li>• Questões judiciais da separação e concessão de guarda e suas demandas;</li> <li>• Questões financeiras acarretam discussões entre pais;</li> <li>• Valor da pensão e educação do filho;</li> <li>• Barreiras jurídicas;</li> <li>• Argumentos jurídicos.</li> </ul>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A partir da exposição do Quadro 3 e suas categorias de análise, observa-se que a categoria parentalidade e coparentalidade se destacou quanto aos trechos dos artigos analisados. Como apontado na interpretação do quadro anterior, houve uma repetição de trabalhos dentro das categorias e sua distribuição. A distribuição ocorreu de acordo com trechos e palavras chaves dentro das principais conclusões apresentadas pelos artigos analisados. Sendo assim, como apontado por Campos (2004), essas técnicas utilizadas na análise deste quadro são válidas, pois houve um exercício de compreensão frente o que foi apresentado pelos autores, bem como realizado uma discussão dos dados, em conjunto com outros passos de análise.

Com isso, a categoria **Parentalidade e Coparentalidade** envolveu trechos que trouxessem palavras que remetessem ao tema, como “Sofrimento diante da distância...”; “Importância da coparentalidade... após divórcio”; “Influência do contexto social nas práticas parentais”; “Exercício da parentalidade após a dissolução conjugal”; “Esclarecimento e responsabilidade por parte de cada membro da família”; “Percepção dos pais e inclusão dos ... atores envolvidos no processo de separação”; “Privilegiar os papéis parentais em detrimento dos conjugais”; “Exercício dos cuidados parentais”; “Dificuldade dos pais em diferenciar a dissolução da conjugalidade da relação parental”; “Manutenção da coparentalidade devido aos conflitos conjugais e cuidados parentais”; “Impasses do exercício da parentalidade conjunta”; “Efeitos de preditores no contexto familiar e escolar...”; “O comportamento dos filhos...”; “O rompimento do vínculo conjugal prejudica o vínculo parental o que pode dificultar a relação dos cuidados com o filho”; “Manutenção e encerramento da conjugalidade”; e “Confusão entre papéis parentais e conjugais”. Esses trechos e palavras chaves

retratam a diversidade quanto aos impactos e decisões diante do divórcio e a execução do papel materno e paterno com os filhos.

Essa categoria encaixou-se em diversos artigos, sendo assim, apresentou uma representatividade dentro dos temas das categorias analisados. Com isso, segundo Alves, Arpini e Cúnico (2015) diante dos impasses apresentados para o exercício da parentalidade conjunta após o término do relacionamento, entende-se necessário um acompanhamento aos pais com relação ao exercício dos cuidados parentais após a separação, para com isso auxiliar no fortalecimento da relação entre pais e filhos após o desenlace conjugal.

Assim como também as autoras Kostulski et Kal. (2017) frente a esse panorama tem se identificado certas dificuldades dos pais em diferenciar a dissolução da conjugalidade da relação parental, sendo que esta deve ser preservada. Assim, considerando esses aspectos, a proposta de acompanhamento dos pais vem ao encontro dessa demanda referente às novas configurações familiares e seus desdobramentos nas relações pais-filhos. Ações como essa, podem possibilitar a manutenção da coparentalidade, evitando o afastamento de um dos pais, motivado por conflitos conjugais que se sobrepõem aos cuidados parentais. Dessa forma, procura-se atentar para que as dificuldades advindas do rompimento conjugal não interfiram de forma decisiva na relação com os filhos.

A categoria de **Atuação do psicólogo** se destacou como a segunda categoria com mais trechos. Isso pode apontar que diversos autores, por mais que não buscassem discutir esse tema como objetivo geral, procurou trazer apontamentos quanto ao papel do profissional da psicologia no cenário analisado neste trabalho. Pode-se observar esse apontamento a partir dos trechos: “Acompanhamento de pais”; “Papel da psicoterapia...”; “Psicodramatista...”; “O terapeuta da família...”; “Importância de projetos interdisciplinares...”; “Estudos dos diferentes padrões familiares”; “Prática clínica e modelos de atendimento”; “Resultado da psicoterapia...”; “Psicoterapia como papel preventivo...”, sendo que o acompanhamento de pais apresentou-se diante da atuação frente “...às configurações familiares e desdobramentos nas relações pais-filhos” e “...nos cuidados parentais após a separação”. Isso demonstra a abrangência do cenário e campos de atuação do psicólogo frente ao tema.

Segundo Medeiros et al. (2013) o profissional psicólogo deverá agir no sentido de mostrar a importância da presença familiar para o desenvolvimento dos filhos, apontando, assim, para qual é o papel da psicoterapia neste contexto e como esses

profissionais podem auxiliar, agindo de maneira conjunta aos pais, no desenvolvimento de suas famílias, inseridas em diferentes configurações.

Em seguida, temos a categoria **Vida dos filhos após divórcio**, na qual observa-se a presença de trechos como: “Qualificar ou potencializar a relação pais e filhos após o divórcio”; “Importância da presença de ambos os genitores na vida dos filhos”; “Nem todo genitor irá conseguir constituir-se afetivamente como pai de seus filhos”; “Importância da presença familiar para o desenvolvimento dos filhos”; “Dificuldades advindas do rompimento conjugal não interfiram de forma decisiva na relação com os filhos”; “Cuidados parentais após a separação no fortalecimento da relação entre pais e filhos”; “O pai ser participativo no desenvolvimento e na formação dos filhos”; e “Crianças podem apresentar discrepância quanto a figura paterna quanto aos cuidados e interação devida separação”. Esses trechos demonstram as diversas maneiras com as quais podem influenciar essa nova dinâmica familiar e a relação com os filhos, sendo demonstrados pelos autores em suas principais conclusões nos artigos analisados.

Com isso, segundo Grzybowski e Wagner (2010) qualquer tentativa de qualificar ou potencializar a relação pais e filhos após o divórcio deve levar à reflexão e posterior elaboração/resolução da relação e separação conjugal. Também Schneebeli e Menandro (2014) mostram a importância de se orientar as partes quanto à importância da presença de ambos os genitores na vida dos filhos. Segundo Cúnico e Arpini (2014) nem todo genitor irá conseguir constituir-se afetivamente como pai de seus filhos, devido a questões de não planejamento de uma gravidez de sua companheira.

Durante a infância, segundo Frassetto e Bakos (2010) as relações com a família e a escola são fundamentais na construção da personalidade, sendo a reestruturação cognitiva favorecida, uma vez que os esquemas ainda estão em construção. Então, tem-se como resultado da psicoterapia, além do alívio do sofrimento, um papel preventivo de construção de alternativas aos esquemas iniciais desadaptativos em construção.

Na categoria **Contexto jurídico**, pode-se selecionar os trechos que remetesse a esse cenário, como: “Contexto jurídico como instância de discussão”; “Contexto jurídico no bem-estar da criança e do adolescente”; “Questões judiciais da separação e concessão de guarda e suas demandas”; “Questões financeiras acarretam discussões entre pais”; “Valor da pensão e educação do filho”; “Barreiras

jurídicas”; e “Argumentos jurídicos”. Sendo assim, observa-se que estes trechos remetem a situações das decisões no contexto jurídico além do papel do psicólogo, envolvendo decisões judiciais e barreiras enfrentadas pelos profissionais. Mesmo que não haja a presença do profissional da psicologia em toda decisão do processo de divórcio, isso demonstra, também, a necessidade de atores e profissionais de diversas áreas de conhecimento frente a uma decisão.

Com isso, para Alexandrel e Vieira (2009) os profissionais que lidam com essas famílias no contexto jurídico devem priorizar o bem-estar da criança e do adolescente e, em razão disso, privilegiar os papéis parentais em detrimento dos conjugais em uma situação de divórcio destrutivo.

A partir disso, na categoria **Tipos de guarda**, a qual pode-se fazer uma correlação a categoria descrita anteriormente, foi possível observar os seguintes trechos: “Resistência à guarda compartilhada”; “Guarda compartilhada e guarda exclusiva devem ser harmoniosas e cooperativas”; “Concessões de guarda e as repercussões na reorganização familiar nos aspectos práticos e emocionais”; “Guarda compartilhada e saúde pública”; e “Concessão de guarda e saúde das crianças”.

Assim Alexandrel e Vieira (2009) conclui-se, que, tanto na guarda compartilhada quanto na exclusiva, se a separação for harmoniosa e houver cooperação entre os ex-cônjuges, será possível estabelecer o pleno exercício dos cuidados parentais. Segundo Schneebeli e Menandro (2014), cientes da resistência à guarda compartilhada, mas igualmente conhecedores do texto legal e das razões que motivaram a criação do instituto, quem lida com a questão da guarda deve orientar as partes quanto à importância da presença de ambos os genitores na vida dos filhos. O Judiciário pode e deve ser a instância em que a discussão científica é posta em pauta e o conhecimento reificado supera o do senso comum.

Mas ainda assim segundo Palhares, Santos e Melo (2018) a guarda compartilhada é uma questão de saúde pública, existem barreiras jurídicas para sua efetiva implementação, e os argumentos jurídicos para a não concessão de guarda compartilhada se baseiam em premissas relacionadas à saúde das crianças.

A categoria de **Revisão da literatura**, trouxe apontamentos como: “Terminologias utilizadas e seus pressupostos implícitos conforme a nomenclatura de “famílias pós-divórcio”; “Convivência familiar como campo de pesquisa”; e “Diversidade nas configurações e aproximações teóricas no campo da família”. Com

isso, pode-se refletir quanto aos temas que estão sendo estudados dentro do período que foram analisados.

Conclui-se segundo Soares, Souza e Cardoso (2015) que a convivência familiar se constitui como um vasto campo de pesquisa, podendo apresentar diversas configurações e aproximações teóricas.

A categoria de **Recasamento** envolveu trechos que abrangessem o recasamento e inclusão de novos membros na família, como: “Divórcio e recasamento e as novas funções familiares em suas dificuldades cotidianas da dinâmica familiar”; “Concepção da madrasta no contexto da família recasada”; e “Inclusão de terceiros no conflito conjugal”.

Ao compreender que a família é um fenômeno em processo constante de construção e transformação segundo Piovanottil e Duque (2018) a família precisa ser entendida de acordo com a amplitude das relações estabelecidas nos inúmeros contextos em que se insere e da complexidade subjetiva que mantém seus integrantes conectados, o terapeuta de família poderá ter incursões produtivas nesse sistema, de modo a colaborar para o seu desenvolvimento como um todo. Dessa forma, as famílias que passaram pelos processos de divórcio e recasamento, e que hoje contam com a presença das funções de padrasto, madrasta e enteados, poderão receber a atenção necessária em suas dificuldades cotidianas da dinâmica familiar.

A categoria de **Paternidade e a percepção do homem sobre o divórcio** apresentou três trechos que envolveram esse tema, o qual reflete sobre as principais conclusões apresentados pelos autores dos artigos analisados frente ao papel paterno e divórcios, como observados nestes trechos: “Paternidade e sobre o seu exercício”; “Mudanças em relação à paternidade, modificações quanto à sua maneira de exercê-la e a recriação e remodelação da paternidade”; e “Pai exerce sozinho os cuidados do filho e acreditam que não é uma tarefa fácil”.

Com isso, segundo Denardi e Bottoli (2017) é possível que um pai exerça sozinho os cuidados de um filho. Quanto aos desafios, os pais acreditam que seja estar próximos dos filhos, dando-lhes a atenção necessária e ficando mais tempo juntos. Além disso, a percepção que os pais têm sobre o significado de ser pai é que não é uma tarefa fácil, pois exige muitas responsabilidades, grandes desafios e, principalmente, ser participativo no desenvolvimento e na formação dos filhos. Segundo Brito, Cardoso e Oliveira (2010), mostraram que os pais se sentem em

sofrimento devido a separação, conjugal, por não permanecerem com a guarda dos filhos e os visitar de 15 em 15 dias.

A categoria **de Maternidade e a percepção da mulher sobre o divórcio**, apresentou apenas um trecho dentro dos 29 analisados, sendo assim, demonstra-se como um campo que necessita de maiores investigações. Apenas um artigo trouxe em suas principais conclusões reflexões frente ao tema.

Com isso segundo Cúnico e Arpini (2014) para as mães, o amor paterno e a vontade de ser Pai não são inerentes ao homem, sendo tidos como exceção aqueles que vivenciam efetivamente o papel de Pai.

O objetivo inicial para realizar a categorização das principais conclusões foi seguir as mesmas categorias estruturadas no quadro de objetivos, porém, ao realizar a distribuição neste quadro (Principais conclusões), observou-se que nenhum artigo trouxe trechos quanto ao tema “Ausência paterna”. Sendo assim, este apontamento pode ser compreendido como uma lacuna frente às pesquisas, pois não apresentaram apontamentos em suas conclusões frente ao tema.

A seguir, será apresentado no Quadro 4 da análise qualitativa as tendências dos artigos selecionados dentro das categorias “Tendência Teórica”, “Tendência Metodológica” e “Tendência das posturas terapêuticas”.

Quadro 4: Análise qualitativa das tendências

<b>TENDÊNCIAS</b>	
<b>TENDÊNCIAS TEÓRICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indissociabilidade do subsistema conjugal do parental;</li> <li>• Compreensão do contexto;</li> <li>• Benefícios da guarda compartilhada;</li> <li>• Impacto do divórcio no exercício da parentalidade;</li> <li>• Estudo com novas configurações familiares: família monoparental feminina e masculina;</li> <li>• Percepção dos filhos;</li> <li>• Investigar divórcio e recasamento ao longo do ciclo vital da família;</li> <li>• Investigar sobre benefícios da mediação de conflitos;</li> <li>• Investigar a formação de papéis familiares em famílias de baixa renda;</li> <li>• Desenvolvimento da fratria no divórcio;</li> <li>• Rede de apoio de famílias divorciadas.</li> </ul>

<b>TENDÊNCIAS METODOLÓGICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso de grupos de reflexão para compreensão de problemas conjugais/parentais;</li> <li>• Intervenção psicodramática;</li> <li>• Pensamento Sistêmico;</li> <li>• Estudos qualitativos;</li> <li>• Avaliação do estado da arte;</li> <li>• Ampliação da investigação para a família extensa;</li> <li>• Projetos de extensão em universidades;</li> <li>• Investir em estudos de comparação.</li> </ul>
<b>TENDÊNCIAS DA POSTURA TERAPÊUTICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão das concepções do terapeuta sobre família.</li> </ul>

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

A partir da exposição do Quadro 4, as categorias utilizadas foram as tendências teóricas, as quais envolvem os assuntos que se destacam como aqueles que necessitam de maiores investigações; as tendências metodológicas envolve pontos quanto a relação na atuação do terapeuta quanto na pesquisa, ou seja, quais estratégias que o profissional da psicologia pode estar utilizando em sua atuação e em suas pesquisas; e as tendências da postura terapêutica referem-se às características que o terapeuta precisa apresentar em sua postura para lidar com essas demandas, como os efeitos do divórcio na criança. A distribuição ocorreu de acordo com trechos e palavras chaves dentro das tendências apresentadas pelos artigos analisados. Sendo assim, como apontado por Campos (2004), essas técnicas utilizadas na análise deste quadro são válidas, pois houve um exercício de compreensão frente o que foi apresentado pelos autores, bem como realizado uma discussão dos dados, em conjunto com outros passos de análise.

Na categoria **Tendências Teóricas** foi possível observar que os artigos analisados buscaram discutir quanto a: “Indissociabilidade do subsistema conjugal do parental”; “Compreensão do contexto”; “Benefícios da guarda compartilhada”; “Impacto do divórcio no exercício da parentalidade”; “Estudo com novas configurações familiares: família monoparental feminina e masculina”; “Percepção dos filhos”; “Investigar divórcio e recasamento ao longo do ciclo vital da família”; “Investigar sobre benefícios da mediação de conflitos”; “Investigar a formação de papéis familiares em famílias de baixa renda”; “Desenvolvimento da fratria no divórcio”; e “Rede de apoio de famílias divorciadas”. Com isso, pode-se refletir que os autores buscam compreender frente aos temas dos trechos apontados, trazendo à tona dados e

questionamentos frente ao divórcio, configuração familiar, papéis, conflitos, laços afetivos, recasamento e rede de apoio para os membros envolvidos nesse cenário.

Isso pode ser observado no apontamento de Brito, Cardoso e Oliveira (2010) que acredita na constituição de grupos de reflexão pode facilitar a compreensão de problemas comuns àqueles que desfazem o vínculo conjugal, favorecendo uma melhor elaboração e convivência. Grzybowski e Wagner (2010), compreendem a situação de indissociabilidade do subsistema conjugal do parental e a interdependência entre eles, apontando para uma questão central: o envolvimento parental relaciona-se ao envolvimento conjugal, não sendo possível investir apenas na manutenção da relação pais-filhos sem um investimento na resolução e modificação da relação do par conjugal/parental.

Em relação as **Tendências Metodológicas** foi possível enquadrar as seguintes frases: “Uso de grupos de reflexão para compreensão de problemas conjugais/parentais”; “Intervenção psicodramática”; “Pensamento Sistêmico”; “Estudos qualitativos”; “Avaliação do estado da arte”; “Ampliação da investigação para a família extensa”; “Projetos de extensão em universidades”; e “Investir em estudos de comparação”. Estes trechos refletem os métodos utilizados pelos autores em suas pesquisas, sendo possível observar as diversidades frente as ferramentas utilizadas, dentro do período analisado, e a identificação de possíveis métodos que não estão sendo utilizados.

Segundo Filipini (2009), as intervenções psicodramáticas, tanto no âmbito institucional quanto privado, em sociodramas ou psicodramas, trabalhos com grupos ou bi-pessoais, são caminhos para auxiliar os mais diversos arranjos familiares em suas necessidades. As autoras Juras e Costa (2011), apontam sobre a postura crítica e sistêmica dos profissionais é requisito necessário para a atuação com famílias em situação de conflito e disputa. Para tanto, o desenvolvimento de novas pesquisas que visem essa ampliação de visão é fundamental para o progresso da ciência.

Por fim, em **Tendências da Postura terapêutica**, a qual envolveu o trecho “Revisão das concepções do terapeuta sobre família”, pode-se observar que o estudo quanto ao papel do terapeuta no tema deste trabalho vem apresentando pouca representatividade. O levantamento de dados referente a este tema poderia contribuir de forma significativa frente ao desenvolvimento e/ou aprimoramento de requisitos quanto a postura do profissional dentro deste cenário, sendo assim, torna-se um ponto que necessita de maiores investigações.

Segundo Piovanottil e Duque (2018) os terapeutas de família serão convidados a participar intensamente desse processo, emprestando seus conhecimentos técnicos para orientar as famílias que os procuram na reestruturação de suas rotinas familiares. Para poderem realizar a contento seu trabalho, parece interessante terem em mente que pode ser necessário revisitar suas próprias convicções e concepções do que seja a família, despindo-se de preconceitos e aceitando a diversidade de possibilidades de vinculação familiar que se impõe na atualidade.

Por fim, após a exposição sobre os efeitos do divórcio na criança nos mais diversos pontos de reflexão dos 29 artigos analisado, pode-se realizar na seção seguinte algumas considerações finais sobre o tema.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição dos dados e reflexões teóricas, pode-se dizer que os objetivos iniciais propostos para esse trabalho foram atingidos, pois foram realizadas as identificações quanto aos efeitos positivos e negativos frente ao fenômeno do divórcio dentro das configurações familiares, assim como também levantou possíveis intervenções para um leque de instrumentos de trabalhos, orientando e proporcionando meios para o profissional da psicologia amenize o impacto dessa nova adaptação que o ambiente familiar irá sofrer.

Com isso, para a análise quantitativa, o ano de publicação com maior concentração de publicações e estudos foi o ano de 2014, o estado com mais publicações foi Rio grande do Sul, sendo assim uma região com representatividade quando a publicações do tema. Em contra partida, observa-se que não houve publicações de outras regiões brasileiras, como a região Norte e Nordeste, sendo assim, demonstra-se uma lacuna quanto a publicações do tema no âmbito nacional envolvendo essas regiões, apresentando a necessidade de mais estudos no tema que possam trazer dados referentes às diferentes culturas e dinâmicas sociais da população brasileira, auxiliando os profissionais na compreensão da diversidade do tema e suas peculiaridades.

A abordagem de pesquisa mais utilizada nos artigos analisados foi a qualitativa, sendo o delineamento utilizado a pesquisa de campo o mais presente, além das entrevistas como o instrumento mais utilizado nos artigos estudados. Sendo assim, esses meios de estruturação de dados ou levantamento de dados, permitem um leque de informações quanto ao tema, pois trazem uma análise da qualidade dos dados por meio do contato direto com os fenômenos e com roteiros para coletas que permitem uma flexibilidade e abrangência maior, permitindo que as particularidades se manifestem de acordo com a situação investigada. A população mais encontrada foi a de pais/mães separados ou divorciados, devido a temática deste trabalho.

Para a análise qualitativa da pesquisa, nos objetivos dos artigos selecionados por meio da distribuição em categorias elaboradas a partir da leitura dos artigos, a categoria que mais teve relevância de estudos foi a vida dos filhos após o divórcio, onde se pode observar diversas perspectivas de olhares, desde qualificar ou potencializar a relação pais e filhos após o divórcio, passando pela importância da

presença de ambos os genitores na vida dos filhos, mostrando, também, que nem todo genitor irá conseguir constituir-se afetivamente como pai de seus filhos, e a importância da presença familiar para o desenvolvimento dos filhos, sem deixar que as dificuldades advindas do rompimento conjugal interfiram de forma decisiva na relação com os filhos. Diante disso, demonstra-se a necessidade dos cuidados parentais após a separação no fortalecimento da relação entre pais e filhos, e mostrando até o quanto a figura paterna é significativa para o desenvolvimento e na formação dos filhos.

Observou-se que a categoria que apresentou menos estudos foi a ausência paterna, com isso pontua-se que este tema necessita de maiores investigações, para que assim tenha-se mais conteúdo quanto ao tema para que seja desenvolvido novos questionamentos, sendo que este apresenta, como outros, um impacto na dinâmica familiar, nos laços afetivos e desenvolvimento das crianças.

Nas principais conclusões dos artigos selecionados, a categoria que mais se destacou foi a parentalidade e coparentalidade, isso demonstrou a necessidade para um acompanhamento aos pais com relação ao exercício dos cuidados parentais após a separação, auxiliando, assim, no fortalecimento da relação entre pais e filhos após o desenlace conjugal. Por outro lado, a categoria “Ausência paterna” não apresentou itens na para análise, ou seja, os artigos analisados não apresentaram apontamentos quanto a esse tema em suas considerações finais. Sendo assim, este apontamento pode ser compreendido como uma lacuna frente às pesquisas, pois não apresentaram apontamentos em suas conclusões frente a mesma.

Nas análises quanto às tendências, as tendências teóricas apontaram que a constituição de grupos de reflexão pode facilitar a compreensão de problemas comuns àqueles que desfazem o vínculo conjugal, favorecendo uma melhor elaboração e convivência. Nas tendências metodológicas foi apontado a postura crítica e sistêmica dos profissionais como um requisito necessário para a atuação com famílias em situação de conflito e disputa. Para tanto, o desenvolvimento de novas pesquisas que visem essa ampliação de reflexões e apontamento torna-se fundamental para o progresso da ciência. Quanto as tendências de postura terapêutica que o profissional da psicologia precisa apresentar, parece relevante destacar torna-se necessário que o próprio profissional revise suas próprias convicções e concepções do que seja a família, despendo-se de preconceitos para que exercita a aceitação e compreensão da diversidade como possibilidades de vinculação familiar que se impõe na atualidade.

Por fim, vale destacar que o presente trabalho limitou-se a pesquisar artigos no âmbito nacional, sendo necessário futuras pesquisas busquem complementar e/ou atualizar os dados aqui apresentados, bem como estudos que levem em consideração o levantamento de informações em artigos de outras regiões e culturas para além da fronteira nacional, possibilitando uma maior abrangência no dados do tem, com a finalidade de ampliar e aprofundar as reflexões quanto ao fenômeno dos efeitos do divórcio na criança.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDREL, D. T.; VIEIRA, M. L. A influência da guarda exclusiva e compartilhada no relacionamento entre pais e filhos. **Psicologia e Pesquisa**, v.3, n.2, 2009.
- ALVES, A. P.; ARPINI, D. M. A conjugalidade e os conflitos vivenciados a partir do recasamento. **Pensando Família**, v.21, n.1, 2017.
- ALVES, A. P.; ARPINI, D. M.; CUNICO, S. D. Guarda compartilhada: perspectivas e desafios diante da responsabilidade parental. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.15, n.3, 2015.
- AUN, J. G.; VASCONCELLOS, M. J.; COELHO, S. V. **As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero**. In AUN, J. G.; VASCONCELLOS, M. J.; COELHO, S. V. Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2005, v1, p.152-164.
- ÁVILA, E.M. **Mediação Familiar**: formação de Base. Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Serviço de Mediação Familiar, 2004.
- BESSA, G. **Pais Separados** - Portal São Francisco, 2000.
- BETHOUD, C. M. E. **Visitando a fase de aquisição**. In CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. Visitando a família ao longo do ciclo vital. 3 ed. Editora Casa do Psicólogo, p. 30-57, 2002.
- BOAS, A. C. V. B. V.; BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais educativas de mães separadas e sua relação com o comportamento de pré-escolares. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, 2010.
- BRITO, L. M. T. de; CARDOSO, A. R.; OLIVEIRA, J. D. G. de. Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 4, 2010.
- BRITO, L. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 27, n.1, 2007.
- BUCHER, J. S. N.; RODRIGUES, M. A. Recasamento e recomposição familiar: Questões metodológicas, de linguagem e das teorias. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 6, 1990.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, 2004.
- CANO, D. S. et al . As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, 2009.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **O ciclo de vida familiar em mudança**. Nova York: Gardner Press, 1989.

CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 3 ed. Editora Casa do Psicólogo, 2002.

CERVENY, C. M. de O.; MOREIRA, M. A. de A. **Relações triangulares: dois é bom, três é demais?** Curitiba: Editora Juruá, 2016.

CUNICO, D. S.; ARPINI, D. M. Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. **Psicologia em estudo**, v. 19, n. 4, 2014.

CUNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Não basta gerar, tem que participar? Um estudo sobre a ausência paterna. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 1, 2014.

DANNA, M. F.; MATOS, M. A. **Aprendendo a observar**. São Paulo: Edicon, 2006.

DENARDI, A. T.; BOTTOLI, C. E quando não é a mãe? A paternidade diante da monoparentalidade. **Barbarói**, n. 49, 2017.

DIAS, M. O. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 19, 2011.

**DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTICA**, São Paulo: associação dos Arquivistas Brasileiros/ Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de estado da Cultura, 1996.

FELCHER, C. D. O.; FERREIRA, A. L. A.; FOLMER, V. Da pesquisa-ação à pesquisa participante: discussões a partir de uma investigação desenvolvida no facebook. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 12, n. 7, 2017.

FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Revista Crítica da Literatura**, v. 20, n. 46, 2010.

FERRARI, J. L. **Por que es importante el padre?** In: FERRARI, J. L. Ser padre en el tercer milênio. Mendoza: Ediciones Del Canto Rodado.

FERREIRA, C.; MOTTA, V. A. da. **Família, separação e mediação: uma visão psicojurídica**. 2 ed. São Paulo: Método, 2007.

FILIPINI, R. Reconfiguração sociométrica da família na contemporaneidade: os desafios de crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v.17, n.1, 2009.

FRASSETTO, S. S.; BAKOS, D. D. G. S. Terapia cognitivo-comportamental infantil em situação de separação conjugal: estudo de caso. **Revista Brasileira de Terapia Cognitiva**, v.6, n.1, 2010.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, 1995.

GOETZ, E. R.; VIEIRA, M. L. Diferenças nas percepções de crianças sobre cuidado parental real e ideal quando pais vivem juntos ou separados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, 2008.

GONSALVES, E. L. **Iniciação à pesquisa científica**. 2 ed. Campinas-SP: Alínes, 2001.

GRZYBOWSKI, L. S.; WAGNER, A. Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. Casa do pai: uma coparentalidade após o divórcio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. O envolvimento dos pais após uma separação/divórcio. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, 2010.

ISOTTON, R.; FALCKE, D. Paternidade em famílias pós-divórcio cujo pai detém a guarda unilateral dos filhos. **Revista Subjetividades**, v.14, n.3, 2014.

\_\_\_\_\_. Quando um dos genitores detém a guarda dos filhos: que configuração familiar é essa? **Pensando famílias**, v.18, n.1, 2014.

JURAS, M. M.; COSTA, L. F. Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, 2016.

\_\_\_\_\_. O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. **Estilos da Clínica**, v.16, n.1, 2011.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**, 2004. Joint Technical Report (University Keele).

KOSTULSKI, C. A. et al. Coparentalidade em famílias pós-divórcio: uma ação desenvolvida em um núcleo de práticas judiciais. **Pensando Família**, v.21, n.2, 2017.

LEME, V. B. R.; MARTURANO, E. M. Preditores de desempenho e competência acadêmica de crianças de famílias nucleares, monoparentais e recasadas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 1, 2014.

MEDEIROS, A. P. et al. "Quem assume a função do pai?": discussões sobre a separação conjugal. **Revista SPAGESP**, v.14, n.1, 2013.

MENDONÇA, M. Quando a Separação não é um Trauma. **Revista Época**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

MINUCHIN, S. **Famílias e Terapia Familiar**. Cambridge: Havard Press,1976.

MORAIS, J. L. M.; CONCEIÇÃO, A. F. da. Ferramentas Tecnológicas e Metodologias de apoio à aprendizagem personalizada no Ensino Superior: Uma Revisão Sistemática. **Revista Informática na educação: teoria e prática**, v. 21, n. 3, 2018.

MOZZAQUATRO, C. de O. et al. Reflexões acerca da demanda atendida por um serviço de psicologia em uma assistência judiciária gratuita. **Aletheia**, n.46, 2015.

NARDI, P. et al. O manejo do dinheiro em relação aos filhos de pais divorciados. **Revista SPAGESP**, v.18, n.1, 2017.

NEUMANN, A. P.; ZORDAN, E. P. As reverberações da separação conjugal dos pais no relacionamento entre irmãos. **Pensando Família**, v.17, n.2, 2013.

PALHARES, D.; SANTOS, Í. A. dos; MELO, M. A. de A. P. de. Impactos do divórcio e da guarda compartilhada na saúde e no bem-estar das famílias. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 16, n. 3, p.190-194, 2018.

PIOVANOTTI, M. R. A.; DUQUE, D. Divórcio, recasamento e a relação entre padrastos e enteados: reflexões endereçadas aos terapeutas de família. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v.27, n.61, 2018.

RAPOSO, H. S. et al. Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 38, n. 1, 2011.

RIBEIRO, E. A. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**, n. 4, 2008.

SANTOS, M. M. S. Os efeitos do divórcio na família com filhos pequenos. **Psicologia.PT- O portal dos psicólogos**, 2013.

SCHNEEBELI, F. C. F.; MENANDRO, M. C. S. Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, 2014.

SILVA, I. T. O.; GONÇALVES, C. M. Os efeitos do divórcio na criança. **Psicologia.PT- o portal dos psicólogos**, 2016.

SILVA, N. C. B. Variáveis da família e seu impacto sobre o desenvolvimento infantil. **Temas em Psicologia**, v. 16, n. 2, 2008.

SILVA, N. de J. **Filhos de pais separados**: experiências de enfrentamento da nova composição familiar, 2013, p.74. Dissertação de Mestrado em Família da Sociedade Contemporânea (Universidade Católica do Salvador).

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. Funções e transformações da família ao longo da história. **I Encontro Paranaense de Psicopedagogia**, nov., 2003.

SOARES, L. C. E. C.; SOUZA, F. H. O.; CARDOSO, F. S. Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. **Psicologia Argumento**, v. 33, n; 82, p. 330-345, 2015.

OSÓRIO, L.C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PADILHA, C. C. **Quando o pai vira réu por alegação de abandono afetivo**. In BRITO, L. M. T. (Org.). *Famílias e Separações: Perspectivas da Psicologia Jurídica* (pp. 187-217). Rio de Janeiro: ED/UERJ, 2008.

PARASURAMAN, A. **Pesquisa de marketing**. 2 ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PINTO, R. M. F. et al. **Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social**. *Serviço Social & Sociedade*, n. 105, 2011.

POPOLO, J. H. del. **Psicologia judicial**. Mendoza: Ediciones Juridicas Cuyo, 1996.

SOUZA, M. R. Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, n. 3, 2000.

REIS, E. F. **Varas de família - Um encontro entre Psicologia e Direito**. Curitiba: Juruá, 2010.

TOLOI, M. D. C. **Filhos do divórcio: como compreendem e enfrentam conflitos conjugais no casamento e na separação**, 2006, p.183. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

WAGNER, A., FALCKE, D.; MEZA, E. B. D. Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos vitais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 10, 1997.

WARPECHOWSKI, A.; MOSMANN, C. A experiência da paternidade frente à separação conjugal: sentimentos e percepções. **Temas em Psicologia**, v.20, n.1, 2012.